

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

THAMARA SANTOS DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DAS ÁREAS DE SINTAXE E
SEMÂNTICA PARA O CAMPO DA REVISÃO TEXTUAL**

Alfenas - MG
2020

THAMARA SANTOS DOS REIS

A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DAS ÁREAS DE SINTAXE E SEMÂNTICA PARA O CAMPO DA REVISÃO TEXTUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras da Universidade Federal de Alfenas como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Letras – Português e Literaturas da Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior

Alfenas – MG
2020

THAMARA SANTOS DOS REIS

A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DAS ÁREAS DE SINTAXE E SEMÂNTICA PARA O CAMPO DA REVISÃO TEXTUAL

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras da Universidade Federal de Alfenas como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Letras – Português e Literaturas da Língua Portuguesa.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Celso Ferrarezi Jr
UNIFAL-MG

Assinatura: _____

Prof. Dr. Robson Santos Carvalho
UNIFAL-MG

Assinatura: _____

Prof. Dra. Rosângela Rodrigues Borges
UNIFAL-MG

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor de todas as coisas, por me conceder o dom da vida.

À Virgem Santíssima, exemplo de acalento, ternura, amor e mansidão.

Aos meus pais, Silmara e Sebastião, e a meu irmão, Raphael, por todo amor, zelo, amparo, cuidado, apoio e confiança ao longo de todos esses anos. Todas as palavras deste mundo são indescritíveis para demonstrar o amor e o orgulho que sinto em chamar vocês de minha família. São a minha base e o pilar que me sustenta. Eu nada seria sem vocês ao meu lado.

Ao professor Dr. Celso Ferrarezi Junior, meu orientador e grande exemplo de ser humano. A quem devo grande parte da minha formação acadêmica e humana. Gratidão por todos os seus ensinamentos, que carregarei toda minha vida. Obrigada por me apresentar, com tanto amor, à vertente dos estudos sintáticos funcionalista, área que tanto me afeiçoei logo de início. Obrigada também pela sua confiança, paciência e atenção ao me orientar neste Trabalho de Conclusão de Curso.

À professora Dr.^a Flaviane Faria Carvalho, por toda confiança em mim depositada e por todo o auxílio e assistência nas disciplinas de editoração e TCC I. Você também é responsável por uma considerável parcela de contribuição para o advento desta monografia, além de ser um grande exemplo de persistência, garra e luta por aquilo que almeja.

A todos os professores do curso de Letras da UNIFAL-MG, os quais devo a minha gratidão por contribuírem para a minha formação acadêmica e pessoal, por transmitirem seus conhecimentos a nós, discentes e futuros licenciados, e por se empenharem em construir uma educação digna e de qualidade.

A todos os meus colegas de curso que me acompanharam ao longo deste percurso de 4,5 anos. Em especial à Gisselda Silva, Enilda Candelori e Raquel Reis, grandes amigas, companheiras de longas conversas e sempre presentes em todos os momentos de alegria e dificuldades.

Aos meus professores da educação básica, em especial à Natália Martins, Susana de Andrade,

Mary de Carvalho e Alyson Leal. Vocês despertaram em mim o amor pela linguagem e pela literatura quando ainda eu não tinha a total certeza de que percursos acadêmicos eu seguiria.

“Seja como os pássaros que, ao pousarem um instante
sobre ramos muito leves, sentem-nos ceder, mas cantam!
Eles sabem que possuem asas. “
Victor Hugo

RESUMO

A presente monografia aborda como tema central “*A importância do domínio das áreas de Sintaxe e Semântica para o campo da revisão textual*”, tendo como principal objetivo contribuir para os estudos em Revisão de Texto, em interface com as áreas da Semântica e Sintaxe, haja vista a incipiência de bibliografia especializada com este enfoque. A proposta é verificar a importância dos campos da Sintaxe Funcional e da Semântica Cultural para o trabalho do revisor textual, isso com metodologia baseada em pesquisa bibliográfica. Considerando que a esfera da revisão de textos seja um campo que demanda um profundo estudo a respeito da área de atuação em que o profissional desempenhará seu trabalho, os resultados da pesquisa demonstraram que a revisão textual demanda muito mais do que conhecimento da gramática normativa e que a formação do profissional revisor, em seus diversos setores/lugares de atividade, ainda não é satisfatória no Brasil, demandando não apenas a criação de matérias específicas nos cursos de Letras, mas de cursos específicos de revisão textual em nível superior, além, é claro, da conseqüente legalização do exercício profissional de revisor textual.

Palavras-chave: 1. Revisão textual. 2. Revisor textual: profissão. 3. Revisor textual: formação. 4. Sintaxe Funcional. 5. Semântica Cultural.

RESUMEN

La presente monografía aborda el tema central “*La importancia de dominar las áreas de Sintaxis y Semántica para el campo de revisión textual*”, con el objetivo principal de contribuir a los estudios en Corrección de textos, en interfaz con las áreas de Semántica y Sintaxis, dada la incipiencia de bibliografía especializada con este enfoque. La propuesta es verificar la importancia de los campos de Sintaxis Funcional y Semántica Cultural para el trabajo del revisor textual, con metodología basada en investigación bibliográfica. Considerando que la revisión de textos es un campo que exige un estudio profundo sobre el área de desempeño en la cual el profesional realizará su trabajo, los resultados de la investigación demostraron que la revisión textual exige mucho más que el conocimiento de la gramática normativa y que la formación del corrector profesional, en sus diversos sectores / lugares de actividad, todavía no es satisfactorio en Brasil, exigiendo no solo la creación de asignaturas específicas en los cursos de Letras, sino también de cursos específicos de revisión textual en el nivel superior, además de la consecuente legalización de la práctica profesional de corrección textual.

Palabras clave: 1. Revisión textual. 2. Corrector de textos: profesión. 3. Corrector de textos: formación. 4. Sintaxis Funcional. 5. Semántica Cultural.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA	12
CAPÍTULO 2: A REVISÃO E SUAS DIFICULDADES	13
2.1. Conceito de revisão de texto	13
2.2. Abrangência do trabalho revisional	15
2.3. A interação entre o autor e o revisor	24
2.4. A interação entre o revisor e o texto	26
2.5. A interação entre o trabalho do revisor e a qualidade final do texto	30
2.6. Os limites da revisão	32
CAPÍTULO 3: A SINTAXE NA REVISÃO	35
3.1. O que é Sintaxe	35
3.2. O fato é: muitos escritores não dominam a sintaxe conscientemente e erram ao escrever	39
3.3. A relação entre a sintaxe e a estrutura textual – periodização e paragrafação	43
3.4. A relação entre a sintaxe e a pontuação	45
CAPÍTULO 4: A SEMÂNTICA NA REVISÃO	50
4.1. O que é Semântica	50
4.2. O que é semântica cultural e por que ela é mais indicada para o revisor de textos	52

4.3. A relação entre a semântica e a precisão vocabular (a escolha das melhor  palavras)	57
4.4. A relação entre a semântica e os usos regionais e identitários da língua – a cultura linguística.....	58
4.5. A compreensão do sentido integral pretendido pelo autor: o desafio final do revisor.....	61
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

APRESENTAÇÃO

A área de Revisão Textual está intimamente relacionada à adequação e revisão linguística de um texto, seja ele apenas linguístico ou inserido em contextos em que há a presença de gêneros híbridos (que se caracterizam por intercalar aspectos linguísticos e imagéticos, entre outros). Dessa forma, a revisão de textos está inserida em um cenário que exige, por parte do profissional que atua nesse ramo, uma vasta gama de conhecimentos gerais e específicos em seu campo de atuação.

Mas, afinal, o que o revisor de textos deve dominar para operar com eficácia o seu trabalho? O que, de fato, é a Revisão Textual? Até qual limite uma revisão pode interferir no texto autoral? Essas são algumas das questões que serão abordadas ao longo da escrita desta monografia, tendo em vista que, se pesquisarmos mais a fundo, podemos perceber que a carência de bibliografia voltada à prática do revisor de texto é uma constante, ainda mais se a compararmos com outras áreas estudadas pela Linguística.

Considerando esta lacuna referencial, o presente trabalho visa a investigar, por meio de pesquisa bibliográfica no pouco material existente, quais são os campos de atuação e as funções desempenhadas pelo revisor na atualidade, além de verificar qual é a importância dos campos da Semântica e da Sintaxe para o trabalho desse profissional essencial em uma sociedade letrada. Por conseguinte, adentramos a necessidade e a importância do domínio das áreas da Semântica e Sintaxe na construção do texto escrito.

Dessa forma, vale ressaltar que a abordagem feita nesta monografia é, majoritariamente, teórica. Um dos principais objetivos a ser alcançado é o de analisar aspectos teóricos da revisão e não o de propor um manual prático de como fazer revisões textuais.

Posto isso, os objetivos gerais deste trabalho são o de contribuir para as áreas da Semântica e Sintaxe inter-relacionando-as com a Revisão Textual e, por conseguinte, contribuir para as pesquisas em no campo da revisão de textos.

Para a consecução desses objetivos gerais, elaboramos um estudo mais aprofundado sobre a revisão de texto e a formação do profissional atuante na área, apresentamos sucintamente as funções que o revisor exerce dentro de seu campo de atuação, sendo este, um campo abrangente, discutimos a necessidade do domínio de duas grandes áreas (Sintaxe/Semântica) dentro da revisão, verificando quais são as categorias mais importantes

para o trabalho destes profissionais e, finalmente, buscamos mostrar diferentes campos/locais que o revisor atua, para que, dessa forma, os efeitos semânticos produzidos dentro do texto revisado sejam melhor assimilados e adaptados ao cenário do conteúdo produzido pelo autor.

À vista disso, cremos que esta monografia apresenta relevância por contribuir para as grandes áreas da Semântica e Sintaxe e para pesquisas em revisão de textos, que, conforme já mencionado, possui um grande déficit em bibliografia. 

Desse modo, esta monografia, está dividida em quatro capítulos, em que serão discutidos os seguintes temas considerados relevantes para a presente pesquisa:

No Capítulo 1, apresentamos a metodologia da pesquisa e os detalhes sobre como o trabalho de pesquisa bibliográfica foi realizado.

No Capítulo 2, apresentamos a parte conceitual do trabalho, abordando a revisão e suas dificuldades, tocando em pontos como o conceito de revisão de texto, a abrangência do trabalho revisional, a interação entre o autor e o revisor, a interação entre o revisor e o texto, a relação entre o trabalho do revisor e a qualidade final do texto e os limites da revisão.

O terceiro capítulo toca no tema da Sintaxe na revisão e aborda conteúdos como o que é Sintaxe, o fato de muitos escritores não dominarem a sintaxe conscientemente, a relação entre a Sintaxe e a estrutura textual e a relação entre a sintaxe e a pontuação.

No quarto e último capítulo, adentramos o tema da Semântica na revisão, com conteúdos que vão dos conceitos de Semântica e de Semântica Cultural, até as relações entre a semântica e a precisão vocabular, entre a semântica e os usos regionais e identitários da língua e a compreensão do sentido integral pretendido pelo autor, que se configura como sendo o desafio final do revisor.

A esses quatro capítulos seguem-se as conclusões do trabalho e as referências nele utilizadas.

CAPÍTULO 1: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

No decorrer do desenvolvimento de escrita e pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), assim como em outros estudos, há diferentes abordagens possíveis, tanto qualitativas quanto quantitativas, a depender dos objetivos do autor em relação ao trabalho a ser elaborado.

A pesquisa aqui descrita encaixa-se no paradigma qualitativo. Quanto aos procedimentos, o trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram pesquisados referenciais teóricos relativos à abordagem central do tema, a saber, “*A importância do domínio das áreas de sintaxe e semântica para o campo da revisão textual*”.

Assim, considerando o tema central do estudo, trabalhamos com o seguinte quantitativo de obras, todas devidamente relacionadas nas referências bibliográficas presentes ao final deste trabalho:

a. em relação à Revisão Textual, especificamente, foram utilizados 04 (quatro) artigos e 01 (uma) tese de doutorado. Os autores consultados foram Guedes, Ribeiro, Mourão, Rocha e Salgado;

b. em relação à Sintaxe, abordamos neste trabalho a vertente da Sintaxe Funcional, uma vez que é a que se tem demonstrado mais útil no trabalho revisional como um todo, utilizando 03 (três) obras. Nesta área, consultamos Rosário, Kennedy, Othero e Ferrarezi como autores referenciais;

c. quanto à Semântica, adotamos a linha de pesquisa em Semântica Cultural para tratar sobre essa temática ao longo do trabalho, utilizando 02 (duas) obras, a opção pela Semântica Cultural deve-se ao fato de que é a vertente atual de Semântica que mais se enquadra nos objetivos de garantir o conteúdo do texto como pretendido pelo autor, como veremos no capítulo próprio. Nesta área, foram referenciados Ferrarezi e Basso como autores básicos;

Finalmente, incorporamos, também, como material bibliográfico de caráter mais geral, as obras *Guia de acentuação e pontuação em português brasileiro* (FERRAREZI, 2018) e *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª ed., 2018).

Todo esse material foi lido, fichado eletronicamente e analisado em relação ao seu conteúdo para verificar o que poderia ser utilizado nesta monografia. Esta análise e a seleção do material é que caracterizam o trabalho de pesquisa como qualitativo.

CAPÍTULO 2: A REVISÃO E SUAS DIFICULDADES

2.1. Conceito de revisão de texto

Revisar é apor vista a alguma coisa; é ler o texto a fim de consertar possíveis “erros”, sejam eles relativos à estrutura (redação, digitação, tipografia etc.) ou ainda relativos ao aspecto linguístico de adequação do modo como o conteúdo é apresentado/exposto. (ROCHA, 2012, p. 36 *apud* GUEDES, 2013, p. 4)

Mas...

Revisar é muito mais do que isso. Não é só o domínio de regras, é também saber perceber alguns aspectos textuais, como a obediência à estrutura frasal ou as repetições desnecessárias, além do domínio semântico. Possuir o conhecimento que vai além das questões de forma também é preciso. Porém, o principal da profissão é justamente a riqueza e a possibilidade de fazer pesquisas. É por meio dela que se consegue analisar a linguagem, percebendo-se se ela está adequada ao objetivo e à mensagem do autor, assim como por meio dela é possível verificar o seu sentido. (CAVALCANTE 2011, p. 55 *apud* GUEDES, 2013, p. 4)

Assim,

Em resumo o ato de revisar é um aperfeiçoamento do texto, uma reforma ao que foi escrito pelo autor, uma adequação que o torna acessível a um número maior de leitores e o revisor de textos é o profissional que promove essa nova organização textual. (GUEDES, 2013, p. 6)

As três definições acima, apresentadas por três diferentes autores, constituem explicações relevantes para a área de Revisão Textual, sendo que cada qual foi exposta de acordo com o ponto de vista particular de cada pesquisador.

Ainda, sob outra perspectiva, Rocha (2012) apresenta uma definição clara e que vai ao encontro daquilo que estamos abordando no presente trabalho, isto é, uma visão mais abrangente do ato de revisar, que não se atém simples e puramente a uma gramática tradicional, baseada em definições que se enquadram em “caixas fechadas”, que não levam em consideração as mudanças e variações de uma língua e os diferentes gêneros textuais existentes. Por isso, para esta monografia, toma-se a seguinte definição como a mais pertinente em relação ao ato de revisar um texto:

A Revisão não deve ser confundida com conferência, porque esta é uma atividade “esvaziada de intelecto”, de liberdade. Segundo Houaiss (2009), conferência é o “ato ou efeito de verificar no que concordam e no que discrepam duas coisas confrontadas; cotejo, confronto, comparação. Ato ou efeito de conferir. Ex.: Da cópia com o documento original”. Não deve ser

confundida com a Revisão, porque esta é um outro olhar sobre o texto; a conferência compara duas versões de um mesmo documento. (p. 35)

Portanto,

Quanto menos habilitado o revisor for, mais seu trabalho se aproximará da conferência, o que significa nenhuma interferência (saneamento local ou global) no texto. A conferência pode ser uma das fases da Revisão de Texto quando do cotejamento entre as emendas pedidas na versão anterior com as da versão posterior. Isso não implica dizer que a conferência não tenha sua importância: é essencial para comprovar a veracidade de documentos (atividades de cartório, por exemplo) e não permitir que textos que já tenham sido distribuídos e consumidos na sociedade (como uma lei) mudem seus aspectos originais. (p. 36)

Mas, afinal, quando e como surgiu a revisão textual? Segundo Rocha (2012, p. 35),

[...] Quanto à sua origem, não se sabe quando e como surgiu a Revisão de Texto, intervenção profissional no texto do outro. Mas, o certo é supor-se que seu surgimento deu-se a partir do momento em que o homem fez seus primeiros registros como uma tecnologia historicamente criada de interação, não importando o suporte empregado – paredes de cavernas, argila, osso, papiro, tábua, papel – e a consequente intervenção do interlocutor (revisor e/ou leitor) como aquele capaz de interagir com o texto com possibilidade de mudá-lo.

Partindo para outro viés, infelizmente, no Brasil, ainda grande parte dos manuais relacionados à revisão está intimamente relacionada com a gramática tradicional, tendo, assim,  um caráter normativo, que afasta e gera certo preconceito em relação a outras variantes da língua, que devem ser respeitadas dentro de um texto, de acordo com o cenário em que estão inseridas.

Além disso, o revisor textual deve atentar para o gênero textual e as principais características desse gênero de forma que seu trabalho seja mais eficaz e bem feito.

[...] há uma frase fantástica de Antonio Houaiss que resume o que faz de um revisor um grande revisor: ‘Devemos ser políglotas dentro de nossa própria língua.’ Ser políglota dentro de nossa língua implica dizer que somos versados nas variedades linguísticas. (ROCHA, 2012, p. 205)

Não por acaso, a título de curiosidade, podemos citar alguns célebres revisores de nosso país que, também, foram grandes escritores, como Graciliano Ramos, Machado de Assis e Érico Veríssimo. Ou seja, o revisor precisa ser versado nas variações de uma língua, sabendo

usá-las de acordo com o que o cenário pede, sendo assim, conforme Houaiss sugere, “um poliglota de sua própria língua”.

Ademais, dentro do campo da Revisão Textual, é necessário que haja diversos critérios para analisar os textos que passam pelas mãos de um revisor. Mas, “o que é um critério? Um critério é uma ‘medida’, um ‘padrão’, uma ‘referência’, uma ‘forma fixa de ver a coisa’ que você usa como modelo único para analisar algo.” (FERRAREZI, 2012, p.36)

Portanto, a própria concepção de um objeto de estudo, exige que se adeque a ação técnica aos critérios de análise. Por exemplo, como tratamos aqui de “textos”, a adequação se dá a partir do ponto de vista da linha teórica em que se opta por seguir: mais “normativista” ou mais “variacionista”. Na monografia em questão, serão tratadas as importâncias da Sintaxe Funcional e da Semântica Cultural para o campo da Revisão textual, ou seja, uma opção de abordagem do processo de Revisão Textual em uma linha mais variacionista.

2.2. Abrangência do trabalho revisional

A definição da abrangência do trabalho revisional não é uma “ciência exata” e demanda, muitas vezes, certa negociação entre autor e revisor. Mas, aqui, vamos tomar como ponto de partida uma crônica de Veríssimo que funciona como ótimo mote para este tema. Pedimos desculpas pela longa citação, mas é importante para o conteúdo deste trabalho.

Cuidado com os revizores

Todo escritor convive com um terror permanente: o do erro de revisão. O revisor é a pessoa mais importante na vida de quem escreve. Ele tem o poder de vida ou de morte profissional sobre o autor. A inclusão ou omissão de uma letra ou vírgula no que sai impresso pode decidir se o autor vai ser entendido ou não, admirado ou ridicularizado, consagrado ou processado.

Todo texto tem, na verdade, dois autores: quem o escreveu e quem o revisou. Toda vez que manda um texto para ser publicado, o autor se coloca nas mãos do revisor, esperando que seu parceiro não falhe.

Não há escritor que não empregue palavras como, por exemplo: “ônus” ou “carvalho” e depois fique metaforicamente de malas feitas, pronto para fugir do país se as palavras não saíram impressas como no original, por um lapso do revisor. Ou por sabotagem. Sim, porque a paranoia autoral não tem limites.

Muitos autores acreditam firmemente que existe uma conspiração de revisores contra eles. Quando os revisores não deixam passar erros de composição (hoje em dia, de digitação), fazem pior: não corrigem os erros

ortográficos e gramaticais do próprio autor, deixando-o entregue às consequências dos seus próprios pecados de concordância, das suas crases indevidas e pronomes fora do lugar. O que é uma ignomínia. Ou será ignomia? Enfim, não se faz.

Pode-se imaginar o que uma conspiração organizada, internacional, de revisores significaria para a nossa civilização. Os revisores só não dominam o mundo porque ainda não se deram conta do poder que têm. Eles desestabilizariam qualquer regime com acentos indevidos e pontuações maliciosas, além de decretos oficiais ininteligíveis. Grandes jornais seriam levados à falência por difamações involuntárias, exércitos inteiros seriam imobilizados por manuais de instrução militar sutilmente alterados, gerações de estudantes seriam desencaminhadas por cartilhas ambíguas e fórmulas de química incompletas. E os efeitos de uma revisão subversiva na instrução médica são terríveis demais para contemplar.

O início da caminhada: “Uma Mirada Sobre o Tema e os Percursos Metodológicos, Capítulo 1:16, Harrison da Rocha. “Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade.”. Ali existe um exemplo histórico do que a revisão desatenta – ou mal-intencionada – pode fazer. Uma das edições da Versão Autorizada da Bíblia publicada na Inglaterra por iniciativa do Rei James I, no século XVII, ficou conhecida como a “Bíblia Má”, porque a injunção “Não cometerás adultério” saiu, por um erro de impressão, sem o “não”. Ninguém sabe se o volume de adultérios entre os cristãos de fala inglesa aumentou em decorrência dessa inesperada sanção bíblica até descobrirem o erro, ou se o impressor e o revisor foram atirados numa fogueira juntos, mas o fato prova que nem a palavra de Deus está livre do poder dos revisores. A mesma bíblia do Rei James serve como uma alerta (ou como o incentivo, dependendo de como se entender a história) para a possibilidade que o revisor tem de interferir no texto.

O objetivo de James I era fazer uma versão definitiva da Bíblia em inglês, com aprovação real, para substituir todas as outras traduções da época, principalmente as que mostravam uma certa simpatia republicana nas entrelinhas (como a Bíblia de Genebra, feita por calvinistas e adotada pelos puritanos ingleses), e que é a única Bíblia da História em que Adão e Eva vestem calções. Para isso, James reuniu um time dividido entre os que cuidariam do Velho e do Novo Testamento, das partes poéticas etc. Especula-se que as traduções dos trechos poéticos teriam sido distribuídas entre os poetas praticantes da época, para revisarem e, se fosse o caso, melhorarem, desde que não traissem o original.

Entre os poetas em atividade na Inglaterra de James I estava William Shakespeare. O que explicaria o fato de o nome de Shakespeare aparecer no Salmo 46 – “shake” é a 46ª palavra do Salmo a contar do começo, “spear” a 46ª a contar do fim. Na tarefa de revisor, e incerto sobre sua permanência na História como sonetista ou dramaturgo, Shakespeare teria inserido seu nome clandestina e disfarçadamente numa obra que sem dúvida sobreviveria aos séculos. (Infelizmente, diz Anthony Burgess, em cujo livro “A mouthful of air” a encontrei, há pouca probabilidade de esta história ser verdadeira. De qualquer maneira, vale para ilustrar a tentação que todo revisor deve sentir de deixar sua marca, como grafite, na criação alheia).

Não posso me queixar dos revisores. Fora a vontade de reuni-los em algum lugar, fechar a porta, e dizer: “Vamos resolver de uma vez por todas a questão da colocação das vírgulas, mesmo que haja mortos”, acho que me têm tratado bem. Até me protegem. Costumo atirar os pronomes numa frase e deixá-los ficar onde caíram, certo de que o revisor os colocará no lugar adequado. Sempre, deixo a crase ao arbítrio deles, que a usem se acharem que devem. E jamais uso a palavra “medra”, para livrá-los da tentação.

(VERÍSSIMO, L. F., VIP-Exame, 1995)

A crônica nos faz refletir sobre a importância e o papel que o revisor textual exerce na sociedade. Muitas vezes, tais profissionais não são devidamente valorizados e reconhecidos pelo seu trabalho, embora lhes caiba grande responsabilidade. Por outro lado, ela informa sobre a cumplicidade que deve haver entre autor e revisor no processo revisional, uma vez que Veríssimo informa seus problemas com pronomes, vírgulas e crases, sempre deixados sob a responsabilidade dos revisores. Em outras palavras, *o limite difuso entre o trabalho do autor e do revisor é negociável*.

Podem-se analisar, também, outros aspectos e perceber como as questões sociais, históricas e culturais podem interferir no trabalho de um revisor. Não somente em seu trabalho, mas também em suas escolhas profissionais, no que tange à escolha de seu local de atuação.

Atualmente, não há uma legislação específica que ampare a profissão de revisor textual, mas, apenas no que tange ao trabalho do jornalista, que pode atuar como revisor. Sendo assim, é como se o profissional dessa área fosse pertencente a uma subárea do Jornalismo, e não a uma profissão independente, com sua própria legislação e singularidades.

[...] a legislação que vem sendo utilizada é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que determina 5 horas diárias para o profissional de Revisão. Apesar de haver as duas normas, muitas empresas, desconhecendo ou descumprindo a lei, não adotam a jornada de trabalho determinada em legislação e exigem 8 horas diárias, 40 semanais. (ROCHA, 2012, p. 51)

Levantada tal problemática, pode-se considerar um profissional do Jornalismo tão habilitado a exercer a Revisão Textual quanto um profissional de Letras? Por que não há uma legislação específica para a profissão e qual a justificativa de não se englobar legalmente os profissionais da área de Letras nesse ramo profissional? Afinal, na prática, são profissionais de Letras os que mais atuam na área revisional. Inclusive, a quase totalidade de editais de concursos públicos para atuar como revisor legislativo ou revisor de textos no Judiciário e no Executivo indica a formação em Letras como requisito básico. Cremos que é a solução mais lógica.

Nos cursos de Letras - Licenciatura e de Comunicação Social, pouco se vê a respeito das áreas de revisão e de editoração, a não ser que um estudante busque por uma graduação em Letras - Bacharelado, que possui maior enfoque na área em questão. Sendo assim, aos que se

interessam por trabalhar neste mercado editorial resta procurar especializações ou alguma pós-graduação.

Embora profissionais, tanto da área de Letras quanto da Comunicação Social atuem dentro da área de revisão textual, consideramos que o profissional da Letras possui um aporte teórico-prático maior para trabalhar na área, tendo em vista que o contato com as mais diversas literaturas e textos é mais aprofundado no curso de Letras em relação ao curso de Comunicação Social.

Dentre os autores estudiosos da área de Revisão – que, como já dissemos, não são muitos – pode haver inúmeras divergências em relação à nomenclatura da profissão de revisor textual, aquele que lida com questões como o conteúdo de um texto, que necessita de saber para quem o texto/obra é destinado, qual é o público-leitor, onde será publicado, além de lidar com questões relacionadas à estrutura sintática, à semântica textual, ortografia, coesão e coerência, entre outros aspectos. Vejamos:

Para PINTO (1993), as “atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais são chamadas de preparação”. Mais adiante, o autor adverte que chamará “genericamente” de *preparador* a esse profissional. (RIBEIRO, 2007, p. 6)

Particularmente, e como ainda não há marco regulatório da profissão, optamos por usar os termos “revisor textual” ou “revisor de textos” para definir o profissional que atua na função de revisar textos, pois cremos que se refletem melhor sua atuação na construção da obra final e, de certa forma, há um maior reconhecimento social de seu campo de atuação por esses termos.

Prosseguindo em nossa análise, cumpre notar que, além de dominar os elementos intratextuais, o revisor necessita se ater aos tipos textuais que irá revisar, para se adequar e ter em vista a função de cada um (de cada tipo textual).

Esse domínio da língua portuguesa por parte dos revisores deve transcender aspectos gramaticais, deve ele ter intimidade com os diversos tipos textuais que pedem registros em norma culta, quais sejam: narrativos, descritivos, dissertativo-argumentativos, poéticos e dramáticos, além das expressões linguísticas adequadas a cada estilo. É importante ressaltar que os profissionais de texto precisam reconhecer as variedades linguísticas, mas, além disso, precisam desconstruir o preconceito linguístico que envolve a língua portuguesa. (GUEDES, 2013, p. 7)

Além disso, acrescenta-se uma nova questão a ser discutida: a ascensão dos meios audiovisuais. O texto visual tem se tornado cada vez mais frequente em alguns meios de comunicação. Por isso, o profissional da área de Revisão Textual necessita se adaptar a essa demanda, pois, não somente a linguagem escrita deve ser revisada em gêneros híbridos, mas todo o material linguístico presente, como no caso de um anúncio, por exemplo, em que se pode conjugar o uso de texto escrito e imagem. Vale ressaltar que a relação entre um texto e uma imagem deve estar estritamente interligada. Dessa forma, a revisão do gênero como um todo é de grande relevância.

Gêneros híbridos, constituídos por recursos semióticos linguísticos e visuais, são revisados prestando-se atenção apenas no componente linguístico, na camada microtextual. Por isso, não levam em consideração o aspecto macro – prática discursiva e prática social. Os discursos são uma forma de ação, não importando a(s) fonte(s) semiótica(s) que os constituíram. Por meio deles, as pessoas agem sobre as outras e sobre o mundo. A escrita e as imagens visuais são uma prática, e não meras representações do mundo, mas de significação do próprio mundo, constituindo-o e construindo-o em significado. Uma peça discursiva a ser revisada pode manter e transformar as relações sociais de poder e as entidades coletivas quando existe relação de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001a *apud* Rocha, 2012, p.236)

Em outras palavras, as modernas concepções de texto defendidas pela Linguística aumentam a área de atuação de um revisor textual. Tendo isso em vista, o profissional dessa área necessita dominar e se adequar ao processo de revisar os gêneros híbridos, pois, não somente a linguagem escrita deve ser revisada nessas peças, mas todo o material presente: o texto e a imagem que as compõem precisam estar estritamente harmonizados. Isso mostra que a revisão do gênero como um todo é de grande relevância e não apenas a revisão dos aspectos linguísticos *stricto sensu*.

Em textos em que há a conjugação de recursos escritos e visuais, tem-se a necessidade de se saber analisar todo o cenário envolvido e não somente averiguar um recurso isolado, sem o que se pode comprometer a compreensão da mensagem que se deseja passar. Citamos um exemplo prático disso a seguir:

Em uma das propagandas de TV do site de serviços Trivago, aparecem dois hóspedes num mesmo hotel, beneficiados pelos mesmos serviços. Porém, um dos hóspedes fez sua reserva diretamente com o hotel e, por isso, informa-se verbalmente que ele pagará mais caro

pelos serviços utilizados, enquanto o outro hóspede mostrado no filme publicitário, paga mais barato por ter feito sua reserva utilizando Trivago. Porém, na montagem final da cena, os valores pagos pelos dois hóspedes aparecem em quadros destacados abaixo deles na tela, mas trocados: o valor de quem fez a reserva diretamente no hotel é menor do que o valor informado para quem fez a reserva pelo Trivago. Quem estava acompanhando a história da peça comercial desde o começo fica, então, sem saber mais nada: fala-se uma coisa e mostra-se outra. É um típico caso de erro de revisão textual neste gênero híbrido.

Assim, vale ressaltar a importância da *Gramática Visual* na formação de um bom revisor, tendo em vista a necessidade de adaptação aos cenários em que o visual e outros recursos semióticos estão conjugados com o texto linguístico. Isso porque o trabalho de um revisor pode não se restringir somente a textos verbais, tendo em vista que, dependendo do local em que o profissional atua, pode haver gêneros híbridos, em que há a presença de elementos linguísticos e imagéticos, como é o caso de folders, tirinhas, gibis, outdoors, entre outros, além disso, recursos não verbais também constroem sentido dentro um contexto, sendo assim, igualmente dignos de revisão.

Portanto, tais obras são um dos exemplos em que o revisor de textos deve ultrapassar as barreiras do conhecimento estrito da gramática normativa e adquirir, cada vez mais, um vasto conhecimento de mundo e procurar aprender novos recursos a respeito de sua área de atuação e de áreas afins. Assim, teremos uma nova classe de profissionais do texto mais conscientes de sua profissão, sabendo lidar com novos recursos linguísticos e adaptando-os de acordo com as demandas comunicacionais da sociedade moderna.

Indo além, um conhecimento profundo da *variação linguística* é um elemento crucial dentro da revisão e um tópico muito importante a ser mencionado, tendo em vista que nenhum texto escrito - assim como na fala - em termos de linguagem, é igual ao outro. Portanto, a adequação da linguagem é significativa em relação à função que o texto irá exercer em um ambiente social. Logo, um revisor deve-se ater na relação de como a língua é usada em seus diversos cenários, tanto no âmbito escrito quanto oral. A escolha do léxico e do gênero textual, por exemplo, varia de acordo com:

- a. o ambiente em que a língua é imersa - o *evento de utilização* na sociedade;
- b. a função comunicativa de linguagem – o *objetivo* de locução/produção do texto; e
- c. a quem a comunicação está sendo destinada – o *interlocutor*.

O revisor deve pontuar questões no texto pelo qual está responsável adaptando-o aos elementos pontuados acima, seja em um ambiente mais formal, como em um texto do Senado Federal ou em uma situação em que o uso da língua seja mais flexível, como no caso de um gibi da Turma da Mônica ou uma peça comercial.

[...] BRITTO (2003), exemplo, admite a importância da profissão para o funcionamento da produção editorial, embora trabalhe na perspectiva da sociolinguística, que considera, fortemente, a existência de aspectos muito mais complexos e variados na língua do que a existência pura e simples de uma gramática normativa ou de um dialeto ideal. (RIBEIRO, 2007, p. 13)

Dessa forma, ao auxiliar na preparação de um conteúdo a ser exposto a diferentes tipos de leitores, o revisor deve compreender o público com que está lidando e o campo em que será inserido tal conteúdo. Por isso, a flexibilidade de adaptar o material revisado e a compreensão por parte do autor do texto são de suma importância, além de seu trabalho abranger outros aspectos variados para uma boa compreensão do material a ser publicado.

Por fim, sob uma nova perspectiva, ao falar em mercado de trabalho, é necessário pontuar que um bom revisor textual deve estar em contínua atualização e estudo, pois, assim como em outros ramos, novas áreas e funções surgem dentro da profissão, sendo necessária a contínua busca por conhecimento. Além disso, dependendo do local de trabalho, as funções editoriais variam e os revisores podem, também, assumir funções de *editores textuais*. Com isso, o revisor deve se especializar e procurar mais sobre *softwares*, plataformas on line de editoração, formas de compartilhamento de arquivos em nuvem, formas de trabalho conjunto e simultâneo a distância, programas específicos de editoração etc.

Com esse perfil mais abrangente, quais são as áreas de atuação do revisor textual? A seguir, são indicados determinados locais em que há o exercício profissional da prática das atividades de um revisor:

- agências de publicidade;
- editoras em geral;
- empresas voltadas para produção de apostilas para concurso público, ENEM< vestibulares etc.;
- empresas que produzem conteúdo para internet;

- escolas;
- serviço público;
- empresas de propaganda e marketing;
- empresas que produzem material religioso e político-partidário, entre outras.

Além desses locais, o revisor pode atuar como *freelancer*, isto é, sem vínculo empregatício, inclusive na correção de trabalhos escolares e universitários (como TCC, dissertações, teses e artigos científicos).

Conforme vimos, o revisor pode atuar em diferentes áreas. Abaixo, Catunda (2009, apud ROCHA, 2012) discorre sobre o formalismo artificial que circunda a comunidade discursiva jurídica. Além disso, é apresentado um relato muito interessante de uma revisora textual que atua no Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Ela descreve o seu descontentamento em relação à liberdade do profissional do texto nesse meio:

Para Catunda (2009), os gêneros jurídicos refletem a formalização que circunda a comunidade discursiva jurídica. Para ela, suas estruturas são determinadas por lei, desse modo tornam-se formulaicos. Esse aspecto também reforça o alto grau de formalismo da comunidade discursiva, que parte do princípio de que todo e qualquer texto jurídico deva seguir os parâmetros determinados pela comunidade. Esse aspecto torna o trabalho do revisor quase infrutífero, uma vez que ele fica restrito à conferência, sem liberdade para agir. Leia-se o relato de uma revisora E.K.N.S., que trabalha no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como revisora há 2 anos:

‘Os operadores do direito, autores desses textos insistem em manter um vocabulário altamente rebuscado, opaco e repleto de termos técnicos. É comum ainda o vínculo entre a altivez, ostentação e a vaidade no arcabouço jurídico. Na prática o revisor desses textos não tem liberdade. Trabalhamos com sugestão e ainda que muitas vezes nossa sugestão seja adequada ao texto de acordo com as normas gramaticais e o gênero textual revisado, nem sempre é aceita. A jurisprudência muitas vezes fala mais alto. Já ouvi isso: Tá errado, mas já está na jurisprudência, então pode deixar assim. E o revisor, é claro, tem de deixar.’ (ROCHA, 2012, pp.161-162)

De fato, podemos perceber que, em ambientes em que os gêneros oficiais são recorrentes, a liberdade do revisor está limitada a obedecer certos padrões impostos pelo manual de redação oficial adotado, tendo em vista que esses gêneros textuais precisam seguir certas normas para que sejam padronizados e se enquadrar na finalidade almejada por seus autores. Podemos, assim, dizer que os diversos gêneros “oficiais” constituem uma das variações mais formais, fixas e restritas dentro da revisão textual.

Ainda dentro da esfera do serviço público, ao se tratar de redação oficial, podemos nos ater ao seguinte:

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. Neste Manual, interessa-nos tratá-la do ponto de vista da administração pública federal.

A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Apresentadas essas características fundamentais da redação oficial, passemos à análise pormenorizada de cada um de seus atributos.

A redação oficial deve caracterizar-se por:

- clareza e precisão;
- objetividade;
- concisão;
- coesão e coerência;
- impessoalidade;
- formalidade e padronização; e
- uso da norma padrão da língua portuguesa. (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p.16)

Portanto, com base nisso que o MRPR expõe, a atual revisional na área do serviço público, isto é, em textos considerados oficiais, oferece muito menos liberdade de proposição ao revisor, mas, por outro lado, exige muito maior responsabilidade e conhecimento técnico. Basta lembrar a crônica de Veríssimo, em que um acento ou uma vírgula mal utilizados em uma lei afetariam a vida de milhões de pessoas.

Finalmente, neste subtítulo, ressaltamos que as questões da adequação do texto em relação a uma situação comunicativa e as diferentes finalidades que uma obra possui definem, em grande parte, o tipo de atuação que o revisor desempenha sobre a obra. Afinal, compreende-se que um texto pode ser considerado adequado em uma forma específica apenas de acordo com sua finalidade.

2.3. A interação entre o autor e o revisor

O trabalho que o revisor exerce, essencialmente, é o de rever e de auxiliar o autor na construção do texto como uma obra integral. Contudo, antes de desempenhar tal função, é necessário que o próprio autor da obra já tenha feito uma leitura final de seu escrito, para checar se há alguma inconsistência, seja ela conteudística ou formal.

Vale lembrar que, no processo de revisão, é importante que o revisor mantenha contato com o autor do texto para sanar possíveis dúvidas ou confusões daquilo que não foi compreendido ou que não esteja claro no texto. 

A partir disso, um ponto importante a ser tocado é o da relevância do revisor dentro do texto. Podemos arriscar a dizer que ele exerce a função de coautor daquilo que está escrito, pois desempenha um papel fundamental em busca da “perfeição” textual, sendo possível que ele sugira alterar, adicionar e/ou subtrair diversos aspectos do texto original.

Portanto, o revisor de texto, de certa forma, atua em duas funções em relação a um texto: tanto como um leitor mais analítico quanto como coautor de uma obra, tendo em vista que esse profissional orienta percursos que deixam o material analisado com mais propriedade para ser lançado a um determinado público-alvo.

Porém, a forma como o autor de uma obra lida com a escrita, seus principais objetivos e princípios se torna fundamental e norteia o trabalho que o revisor irá exercer, tendo em vista que um dos papéis do profissional de revisão é o de fazer as devidas alterações no texto sem modificar o estilo do autor e garantindo que o conteúdo desejado pelo autor seja expresso da melhor forma possível.

Por isso, outro tópico que vale ser ressaltado é a questão do estilo de escrita e a sensibilidade do autor dentro um texto, pois o revisor deve fazer o seu trabalho respeitando integralmente o estilo próprio de escrita do autor. Sendo assim, o revisor não tem a permissão de reescrever um texto de acordo com seu próprio estilo e, muito menos, alterar questões de conteúdo sem autorização do autor.

O revisor precisa manter o posicionamento ideológico de seu cliente dentro do gênero textual a ser revisado, independentemente de compactuar ou não com o viés apresentado, pois, naquele momento, ele está atuando como profissional do texto e não como censor em questões de cunho pessoal. Esta é uma questão seríssima da ética profissional na Revisão Textual. Logo,

caso o revisor não compactue com certo posicionamento ético ou moral do autor e não queira tomar parte da publicação da obra, deve abdicar da revisão ao invés de tentar alterar à revelia o conteúdo pretendido pelo autor.

Sintetizando, um revisor textual não deve pretender o direito de revisar e/ou alterar o conteúdo ideológico em um texto. Pelo contrário, caso concorde em participar da publicação, deve permanecer neutro em relação a esse aspecto, independentemente de concordar ou não com as ideias expressas.

Sendo assim, o revisor deve sempre adequar o texto em relação à situacionalidade, como a forma do gênero, a adequação linguística, o contexto inserido, o interlocutor esperado e o papel que o texto exerce dentro de um meio social.

Com isso, se, por um lado, o revisor deve possuir liberdade em sugerir alterações de um texto de acordo com o que acha necessário, por outro lado, ele deve se ater às questões de sua competência, sabendo fazer as devidas alterações e, ao mesmo tempo, respeitando as ideologias e tendências da obra. Isso, como já dissemos anteriormente, deve ser claramente negociado com o editor e com o autor da obra.

[...] Ao se observarem algumas tendências do autor dentro do texto, o revisor deve agir como agente da homogeneização. Os poderes do revisor de sugerir ou interferir no texto – e até na diagramação –, apontando construções gramaticais mal concebidas, falta de clareza, de coerência etc., vão variar sempre de acordo com cada cliente e cada situação específica (...) (COELHO NETO, 2008, p. 107 *apud* ROCHA, 2012, p.96)

Isto posto, a relação entre editor, autor e revisor faz-se extremamente importante para se obter um texto o mais claro possível. Além de tudo, essa interação entre o editor, o autor e o profissional do texto deve ser processada da maneira mais respeitosa possível para que o percurso de revisão ocorra de forma ética e profissional, pois o revisor de textos possui a grande responsabilidade no resultado final da obra.

Logicamente, há casos e casos, porém, o interessante é se manter sempre um contato direto entre autor e revisor, para que as possíveis correções e alterações sejam feitas por meio de discussões entre ambos.

Isso é ainda mais importante em casos em que o revisor detecta problemas de conteúdo na obra, especialmente de conteúdo científico. Por exemplo, dados errados, operações

matemáticas mal formuladas, informações históricas equivocadas, afirmações contraditórias. Nem sempre é fácil para o autor reconhecer que errou no conteúdo do texto e, nesses casos, a cautela do revisor e o respeito na forma de contatar o autor são essenciais.

Enfim, mais uma vez, ressalta-se a enorme importância da formação técnica do revisor, que necessita de mais do que “mero” conteúdo sobre aspectos textuais em si, mas precisa de grande conhecimento do tema da obra que revisa, além de um bom “jogo de cintura” para lidar com questões delicadas da proposição autoral que, eventualmente, venha a detectar.

2.4. A interação entre o revisor e o texto

Uma língua como o português não vive só da fala. Ela também tem uma existência escrita que é muito importante e que faz parte de nosso cotidiano tanto quanto a fala. [...] A existência da escrita é múltipla e complexa, pois ela não é uma coisa só, com um nível só de formalidade. São bilhões ou trilhões de páginas escritas e lidas ao longo da história, de livros e mais livros, documentos, revistas, páginas de internet, cartas, bilhetes, receitas, rótulos, manuais etc., em inúmeros gêneros, estilos, formatos encravados de personalidade, que dão à forma escrita da língua uma vida, uma existência que é tão real e diversificada quanto à existência da fala e que, da mesma forma que esta, segue uma gramática, ou seja, regras que permitem que coisas como “dar-te-ei” sejam entendidas pelos falantes e sirvam para comunicação. Jogar fora, em privilégio apenas da fala, toda a existência escrita da língua é mais do que radicalismo: é uma simplificação não aceitável no fazer científico.

Por outro lado, é claro que a fala é diferente, e que a fala, em todas as culturas, antecede a escrita, pois ela é uma expressão natural (enquanto a escrita é uma tecnologia) e tem um valor inestimável para a compreensão da identidade dos falantes. Também, sabemos que a fala se desenvolve de forma diferente da escrita. [...] Se, na escrita, a gramática parece ser mais “comportada”, na fala, ela vai aos seus limites, abusa de todas as formas possíveis de variação permitidas pelas regras gramaticais. Mas, isso não significa que a fala seja a única fonte de estudo importante para a gramática. (FERRAREZI, 2012, p. 24)

A escrita distingue-se da fala em vários aspectos. De certa maneira, temos a impressão que naquela há um maior rigor, uma gramática mais “comportada”. Contudo, é necessário ater-se aos usos da escrita. Quais são as suas finalidades? Em que meio ela será inserida? Para quem é destinada? Essas são algumas perguntas que devem ser feitas antes de um texto ser escrito e, igualmente, ao longo do processo de revisão textual para que a obra possa estar adequada ao ambiente em que será inserida.

Logo, a revisão textual é uma prática complexa, pois, no processo de revisão de um texto, há sempre uma chance de retextualização, tendo em vista que uma vírgula, uma palavra,

uma expressão ou uma única frase usada de forma incorreta pode acarretar uma mudança no sentido e na orientação discursiva daquilo que realmente estava proposto a se dizer.

Para dar conta dessa complexidade, o revisor necessita ter em vista que ele não é meramente um “corretor ortográfico”, mas lhe compete observar outros pontos dentro de uma obra, como os aspectos semânticos, sintáticos, estilísticos e conteudísticos.

Mas, então, qual é o papel do revisor em relação ao texto?

[...] o papel do revisor vai muito além da Revisão tradicional em que se foca apenas o material linguístico, verificando erros gramaticais, ou seja, da forma escrita. Percebi, por exemplo, que é preciso estar atento ao contexto em que se insere o material revisado, incluindo-se os discursos que se projetam e as ideologias que o permeiam. (ROCHA, 2012, p. 83)

Como afirma Rocha no excerto acima, a função de um revisor textual não se estreita apenas em correções ortográficas. É necessário compreender que a atuação do profissional vai muito além disso em relação a garantir a integralidade do texto. Os aspectos semânticos, sintáticos, lexicais, estilísticos, formais etc., bem como a adequação do conteúdo são todos de suma importância para garantir que o leitor pretendido receba um material realmente bem construído.

Isso se deve ao fato de que um texto necessita de ser, fundamentalmente, compreensível, claro e legível para que a sua finalidade seja melhor desempenhada. Logo, o revisor possui um papel fundamental adequando textos dentro de critérios fundamentais de *legibilidade*. A *legibilidade* é a condição de um texto se tornar integralmente acessível em forma e conteúdo a determinado grupo de leitores. Sua consecução é um dos objetivos básicos da Revisão Textual.

A ampliação de conhecimentos de mundo e de cultura em geral também acrescenta significativamente em um desempenho profissional satisfatório do revisor de textos, pois, quanto mais se busca novos conhecimentos e informações, mais se aperfeiçoa as habilidades dentro do campo da revisão e se transpassam as barreiras da mera gramática tradicional.

Da mesma forma, em um gênero textual em que há a mescla de imagem e texto, como é exposto no exemplo abaixo, é necessário que o revisor atente tanto para os recursos linguísticos quanto para os visuais, para que estejam em consonância um com o outro. Sobre este aspecto, apresentamos um exemplo recolhido de Rocha (2012):

Figura 11 – Nota fúnebre



Na página de anúncios fúnebres, saiu a estrela judaica num anúncio de católico.

Esse exemplo mostra que, apesar da preocupação de Malta estar explicitamente voltada à escrita, ao mencionar como erro o símbolo da Estrela de Davi junto com a Cruz, ele implicitamente está atentando para as imagens. Daí evidencia-se a importância do conhecimento de mundo do revisor quanto à cultura do interlocutor do texto.

(ROCHA, 2012, p. 94)

Como se pode notar pelo exemplo dado, recomenda-se que um bom revisor tenha um bom domínio da língua, mas que, se atenha, também aos termos técnicos e compreenda os diversos aspectos contedutísticos que ocorrem dentro de um texto para que a revisão seja feita de forma competente. O sentido final produzido, os possíveis efeitos provocados e a necessidade de se colocar no papel de leitor são algumas das características exigidas de um bom revisor textual.

No que tange aos aspectos linguísticos propriamente ditos, aqueles a que a sociedade está mais acostumada a relacionar o trabalho de revisão, também é grande a complexidade, como podemos ver na citação abaixo:

Para PINTO (1993), há duas categorias de “erros”: os de composição e os do próprio revisor. Aqueles são os saltos, os piolhos, os pastéis, os gatos e as gralhas. Estes são o desconhecimento da língua, as imprecisões de correção e a falta de padronização.

Na composição, saltos são omissões de letras, palavras ou frases, por exemplo; piolhos são sinais ou letras duplicados, ou ainda qualquer pequeno erro tipográfico; pastéis são inversões indevidas; gatos são trocas indevidas; e gralhas são caracteres que sobram no texto.

Os erros do revisor são todos relacionados às falhas que ele impõe ao texto. O desconhecimento da língua parece o mais grave deles e é descrito como “quando precisar recorrer ao dicionário”. Neste ponto, é de suma importância mencionar o conceito normativista e padronizador de língua e o descarte de qualquer possibilidade fora da gramática tradicional. Apenas um

dialecto (o padrão) pode aqui ser considerado língua, além de ser difícil considerar a revisão de um texto literário uma questão de norma pura.

Com relação à procura do dicionário, preferimos considerar que seja positivo que um revisor os tenha e os consulte, a despeito do que PINTO (1993) propõe. O “erro” do revisor é tratado como “cochilo”, o que torna a tarefa de revisar algo para se fazer atenta e detalhadamente. (RIBEIRO, 2007, pp. 7-8)

Vale ressaltar que, no caso de surgimento de dúvidas, é sempre relevante que o profissional possua em mãos manuais relacionados à área para consulta, como o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), nos casos da ortografia, e um bom dicionário para questões referenciais, por exemplo.

Em contrapartida, algumas regras gramaticais necessitam ser cumpridas para que um texto seja bem compreendido, independentemente do meio em que a obra será inserida/circulada, como é o caso do sistema SVO (sujeito + verbo + objeto), a ordem sintática canônica da língua portuguesa. Dependendo da alteração sintática de uma ou mais orações dentro de um texto, o sentido se perde, como no seguinte exemplo:

Dos livros e as bonecas gostei as meninas.

A oração acima faz algum sentido como posta, de forma isolada? Claramente, não. Isso ocorre por suas fortes anomalias sintáticas. Assim, quando se fala em variação linguística e adaptação ao meio e ao cenário em que o texto revisado deve ser inserido, não se quer dizer que as regras básicas da gramática de uma língua, que permitem manter um texto claro, coeso e coerente, não devem ser seguidas – fator, aliás, que direciona a um outro ponto importante que deve ser observado dentro de uma obra, que é a questão estilística.

Por fim, outro ponto em que se pode tocar é o uso de recursos linguísticos para que o texto seja de mais fácil compreensão, maior fluidez e para que ambiguidades sejam evitadas no decorrer da leitura. Isso fica muito claro, por exemplo, na construção dos já citados textos oficiais:

O esforço de classificar expressões como de uso a ser evitado ou como de uso recomendável atende, primordialmente, aos princípios da clareza e da transparência que devem nortear a elaboração de todo texto oficial. Não se trata, pois, de mera preferência ou de gosto por determinada forma.

A linguagem dos textos oficiais deve sempre pautar-se pela norma padrão. Não é aceitável, portanto, que, nesses textos, constem coloquialismos ou expressões de uso restrito a determinados grupos, que comprometeriam sua própria compreensão pelo público. Acrescente-se que é também indesejável a repetição excessiva de uma mesma palavra quando há outra que pode substituí-la sem prejuízo ou alteração de sentido. (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 95)

No excerto acima, para uma exemplificação mais fácil, usou-se a Redação Oficial como modelo para ressaltar que a questão da escolha de vocabulário, termos e expressões dentro de um texto é de extrema relevância, tendo em vista que o meio em que a obra circulará, a sua finalidade e para quem ela é escrita devem ser considerados.

Vale recordar que o revisor de textos precisa, obviamente, dominar a língua padrão, mas deve se contentar somente com isso? Claramente, não, pois o ato de revisar não se resumirá sempre e simplesmente a corrigir textos formais e oficiais. Partindo do pressuposto de que a língua é variável e não é usada da mesma forma em todos os eventos sociais, devemos ter em mente que o revisor precisa adequar o texto em relação à situação sociocomunicativa.

2.5. A interação entre o trabalho do revisor e a qualidade final do texto

Como temos visto, para inserir-se no mercado editorial, pode-se levar em consideração que, em especial na área de revisão de textos, é necessário um compilado de conhecimentos específicos e um bom domínio da profissão em questão. Assim, para uma boa atuação de um revisor nesse mercado, o lidar eficiente com a demanda de seus serviços deve-se fazer presente, visto que há diferentes situações delicadas que o profissional tem que assumir, fazendo com que os revisores sejam abertos a novas experiências e uma formação mais ampla – no sentido de adaptar-se aos diferentes trabalhos de diferentes âmbitos/áreas a serem realizados na área.

É cada vez mais comum as editoras aprovarem a edição de um texto nacional rico de ideias, necessário no mercado editorial, mas mal escrito, com repetições, ausências (de colocações mais claras, de parágrafos de ligação entre as partes de um capítulo etc.), uso inadequado de adjetivos em relação a substantivos (e vice-versa), pobreza nas conjunções adversativas (está abusivo o uso de “entretanto” – parece que muitos autores, tanto de ficção como de textos didáticos e outros, nunca viram, ou leram, “mas”, “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”). Acima de tudo uma redação lógica, fluente, entendível deve caracterizar qualquer texto, e este é o trabalho do copidesque. (MALTA, 2000, p. 16-17 *apud* RIBEIRO, p. 10)

Diante de todo o aporte teórico e prático que o revisor incorpora em seu ofício, espera-se que ele seja capaz de disponibilizar ao leitor uma legibilidade eficaz, por meio de rigor, precisão e metucioso trabalho textual. A necessidade de domínio da escrita, dos aspectos semânticos e sintáticos e, além disso, do contexto social em que será inserido determinado texto são requisitos básicos. O permanente diálogo entre revisor e autor também é de grande relevância para que haja melhor discussão dos pormenores inseridos no escrito desenvolvido. Ou seja, a melhor ou pior atuação do revisor está diretamente ligada à *qualidade* final do texto.

Em Revisão Textual, *qualidade* é a propriedade de o texto adequar-se plenamente ao critério amplo de legibilidade e aos objetivos para ele propostos em relação aos leitores-alvo. Quanto mais o texto apresenta essa adequação, maior qualidade possui; quanto menos se adequa, menor qualidade possui. Assim, questões como o conteúdo de um texto, para quem ele é destinado (qual é o seu público-leitor), onde será publicado e em que formato, além de questões relacionadas à estrutura sintática, à semântica textual, à ortografia, à coesão e à coerência são alguns dos pontos referenciais para medição da qualidade final de um texto.

Tendo isso em vista, o revisor exerce um papel muito importante dentro da instituição em que trabalha (empresa, universidade, editora, órgão público etc.), pois, “embora se saiba que nem todas as casas editoriais contratam esses serviços, é plenamente reconhecível um produto bem-tratado e um outro que tenha negligenciado as fases de produção de obras desde as equipes editoriais de antes de Gutenberg.” (RIBEIRO, 2007, p. 13)

Fairclough (2001a) assevera que, para se analisarem discursos, devem-se considerar três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. Na dimensão do texto, invoca-se uma série de categorias – léxico, gramática, coesão, estrutura textual; na prática discursiva invoca-se a produção, a distribuição e o consumo de textos. Nestas, são abordadas a força dos enunciados, a coerência dos textos, a intertextualidade, a representação do discurso, a pressuposição e o controle interacional; na prática social, analisam-se a matriz social do discurso, ordens do discurso, efeitos ideológicos e políticos do discurso. (ROCHA, 2012, p. 27)

Só assim, com toda essa percepção ampla, haverá obras bem revisadas e uma boa qualidade final dos textos será alcançada.

Tudo isso nos leva a concluir que os profissionais de Letras, Jornalismo, Publicidade e Comunicação são os que recebem formação técnica mais adequada, cada qual com sua função específica no processo revisional, para atuar nestes cargos de editoração e revisão textual, pois

estão – pressupõe-se - mais aptos “a compreender e a empreender o tratamento de linguagens com vistas à publicação.” (RIBEIRO, 2007, p. 5)

2.6. Os limites da revisão

O trabalho que um revisor exerce, portanto, vai além da mera correção ortográfica, pois é preciso atentar a outros aspectos do que será revisado, como o gênero textual, o contexto inserido, o nível de formalidade, aos recursos verbais e não verbais, enfim, tudo o que vimos até aqui. Mas, a pergunta que nos resta neste capítulo é: até que limite?

Em parte, esse limite é dado pelo local em que o profissional atua e pelo tipo de textos com que atua. Dessa forma, o revisor precisa ter a capacidade de se adaptar, também, a suas funções específicas no processo produtivo de um texto em uma instituição. E isso exige muito preparo técnico. Sendo assim, a busca por novos conhecimentos, o estudo contínuo, cursos, atualizações na área e especializações são relevantes para a melhor formação de um revisor, pois, assim como em qualquer outra profissão, é necessário que haja uma contínua busca pelo conhecimento e aperfeiçoamento na área para que o revisor se torne mais competente em seu campo de atuação.

Outro detalhe importante a se pontuar é em relação ao tempo demandado por sua função: revisar textos não é reescrever “furiosamente laudas e mais laudas só para mostrar ao editor que o revisor é competente.” (RIBEIRO, 2007, p. 10). A revisão é um processo custoso e demorado e isso implica a necessidade de tempo para sua realização com a devida qualidade.

Partindo para outro viés, um outro ponto a ser tocado concernente aos limites da revisão é em relação à gramática tradicional, que, conforme já exposto, possui, sim, sua relevância, principalmente em gêneros oficiais e mais formais. Porém, o revisor deve ter claro em sua mente que as variações linguísticas também existem dentro do campo da revisão textual e devem ser respeitadas de acordo com o contexto e a situacionalidade em que o gênero revisado está inserido. Assim sendo, regras e normas devem ser consideradas dentro de um contexto social específico: o que pode ser válido para um ambiente, para outro, pode não ter sentido.

Outro limite claro da revisão e que torna o trabalho de um revisor textual, muitas vezes, extremamente difícil é o fato de haver textos de áreas que ele não domina. Dessa forma, é necessária uma maior cautela por parte do profissional em relação a isso, para que não haja

nenhuma falha em relação à revisão do texto, especialmente em relação aos termos técnicos e ao conteúdo geral propostos, de forma que o objetivo geral da obra não seja alterado por engano por um revisor despreparado. Em certos casos, é melhor declarar-se impossibilitado de proceder à revisão de certo texto. E, portanto, um bom revisor textual necessita sempre estar disposto a se inteirar de assuntos multidisciplinares, expandir as suas áreas de leitura e estar constantemente se atualizando em relação ao seu ofício. Obviamente, é mais cômodo fazer/ler somente aquilo que nos desperta interesse, porém, em certos momentos, é necessário sair de nossa zona de conforto e expandir novos horizontes e inovar em conhecimentos.

Um penúltimo limite do processo revisional é a autoridade com que o revisor sugere uma alteração no texto. Muitas vezes, a autoridade do revisor não é suficiente para sugerir uma modificação e é necessário um amparo adicional ao que ele propõe. Vemos no caso específico da Redação Oficial como isso funciona. Citando o Manual de Redação da Presidência da República, um compêndio que norteia as principais regras da Redação Oficial no Brasil, como exemplo, podemos afirmar que

[...] A opção por esse manual se deve ao fato de ele ser uma referência norteadora da produção de gêneros oficiais e muito utilizado por profissionais da área de Revisão, em especial aqueles que ocupam o cargo de revisor no serviço público. Isso porque ele advém de decreto, portaria, instrução normativas emanadas do Serviço Público. Por ser uma publicação oficial, o uso da norma ditada por esse Manual confere poderes ao profissional que dele se utiliza para dizer o que é “certo” e o que é “errado” em termos de redação oficial.

[...]

O Manual de Redação da Presidência da República (2002) (doravante MRPR) foi instituído pelo Decreto nº 100.000, de 11 de janeiro de 1991, do Presidente da República, que autorizou a criação de comissão (pela Portaria SG nº 2, de 11.1.91, DOU de 15.1.91) para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais.

Seu caráter oficial justifica a modalidade padrão para a produção de textos oficiais, uma vez que o contexto é formal, e o adequado é uma linguagem também formal. Sabemos que as comunicações oficiais não devem conter regionalismos, uma vez que deve circular de Norte a Sul, em um padrão impessoal do ponto de vista linguístico. Escolher a linguagem determinada região é desvalorizar outras, o que criaria um problema linguístico, social e ideológico. Mas escolher a norma valorizada por uma elite também é uma escolha social. (ROCHA, 2012, p.104)

Em outras palavras, o revisor de textos oficiais pode buscar autoridade revisional no MRPR e isso torna seu trabalho mais leve quando encontra problemas na redação do texto em que está trabalhando. Em outros gêneros, isso pode ser feito com base em manuais ou outras

obras consagradas além, é claro, da própria experiência profissional do revisor e do editor responsável pela obra.

Finalmente, o último e mais rigoroso limite do trabalho revisional é o consentimento do autor. Em última instância, o autor é o dono e o responsável final por um texto. Se ele não consentir com uma sugestão do revisor, este deve-se considerar isento de responsabilidade em relação ao resultado final. Um revisor é, de certa maneira, comparável a um “médico do texto”: ele diagnostica e sugere medicamentos e protocolos. Se o paciente vai aplicar isso em sua vida, isso já é questão de outro nível e foge ao exercício profissional do revisor. Nestes casos, o revisor deve acatar eticamente a vontade do autor, mesmo que ela contrarie sua visão profissional do texto, ou abdicar do trabalho revisional.

CAPÍTULO 3: A SINTAXE NA REVISÃO

3.1. O que é Sintaxe

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., pp. 59-60, Sintaxe

É a parte da Gramática que estuda a palavra, não em si, mas em relação às outras, que, com ela, se unem para exprimir o pensamento. É o capítulo mais importante da Gramática, porque, ao disciplinar as relações entre as palavras, contribui de modo fundamental para a clareza da exposição e para ordenação do pensamento.

Já em Ferrarezi (2012, p. 34), define-se a Sintaxe da língua como a “parte que diz respeito às combinações feitas com as palavras, que formam esses trechos da língua que a gente usa para se comunicar (“sintaxe” significa “ordenar”, “organizar”; é claro que aqui se está falando da ordem das palavras) ”.

Mas, em síntese, o que se estuda com a Sintaxe?

“[...] com a Sintaxe vamos estudar as regras que são usadas para formar os trechos da língua que criamos quando falamos e quando escrevemos. ” (FERRAREZI, 2012, p. 36)

Com essas definições, tem-se uma noção geral do que é e o que se estuda dentro da Sintaxe. Para este trabalho de conclusão de curso, especificamente, detemo-nos em estudar e trabalhar com uma vertente específica da Sintaxe, denominada *Sintaxe Funcionalista*, que se define da seguinte forma:

Em linhas gerais, a Sintaxe Funcional distingue-se de outras linhas por considerar a língua como um instrumento de interação social. Como tal, a língua torna-se um objeto não autônomo, maleável, sujeito às pressões oriundas das diversas situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. (ROSÁRIO, 2015, p. 145)

A definição acima vem ao encontro com o que se investiga na presente monografia, pois a língua é um instrumento de interação social e não uma estrutura fechada, sem vínculo

com fatores extralinguísticos não permitindo, portanto, meramente uma análise restrita nela e para ela mesma.

O termo *funcionalismo* ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1970, passando a servir de rótulo para o trabalho de linguistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. (CUNHA, OLIVEIRA e MARTELOTTA, 2003, pp. 23, 24 *apud* Rosário, 2015, p. 144)

Isto posto, ressalta-se que não há, *stricto sensu*, escolhas teóricas melhores que outras no trabalho revisional, mas, sim, escolhas e caminhos diferentes a serem trilhados que permitem resultados diferenciados em relação aos objetivos do revisor. Como já dissemos anteriormente, há revisores mais normativistas e outros mais ligados aos usos da língua e aos princípios da adequação, como é o nosso caso. Dessa forma, um revisor de determinada área em específico necessita definir quais são as linhas de trabalho que ele pretende seguir, levando em consideração os seus gostos pessoais, a área que, em seu ponto de vista, é mais lógica e com a qual ele se identifica melhor e, é óbvio, que apresente uma justificativa plausível para os objetivos que ele pretende alcançar.

A título de exemplificação dos porquês de nossa escolha, apresentamos o trecho abaixo (FERRAREZI, 2012, p.38) em que é apresentada uma das diversas falhas que a gramática tradicional apresenta e, por isso, uma das justificativas em se estudar a Sintaxe Funcionalista e não a tradicional. Esta, define sujeito segundo a visão de Domingos Paschoal Cegalla, em sua *Novíssima gramática da língua portuguesa*, como:

“*Sujeito é o ser de quem se diz alguma coisa*”. (p. 269)

[...] quando fazemos uma análise sintática, estamos falando das partes dos trechos da língua ou dos seres? Penso que estamos falando das partes dos trechos da língua, de coisas gramaticais, de palavras organizadas, e não dos seres e daquilo que se possa dizer deles.

[...]

Maria bateu no pobrezinho do *João* doentinho na cama. (FERRAREZI, 2012, p.38)

À vista disso, no exemplo acima, fala-se de *Maria* e *João*, dois seres (e vivos), porém o sujeito da oração é apenas *Maria*, o que mostra uma das incoerências da gramática tradicional.

Por sua vez, a sintaxe funcional não se fecha somente na visão de uma língua baseada nos métodos tradicionalistas, associada a regras gramaticais estáticas e que não são voltadas a um uso real dessa língua. Pelo contrário: nessa vertente, o estudo do evento linguístico e as situações extralinguísticas são muito relevantes. E, por isso, a sintaxe funcional não se propõe a estudar situações da gramática fechadas em “caixas”, com frases prontas e típicas da análise sintática normativa que, muitas vezes, estão longe da nossa realidade, uma vez que essa vertente de estudos sintáticos se preocupa com aspectos extralinguísticos, com a variação e as mudanças de uma língua, fatores que tornam uma língua verdadeiramente real em relação ao seu uso e às suas finalidades.

Isto posto, nossa concepção é de que sintaxe de uma língua não funciona sozinha no sistema linguístico. Ela necessita do discurso e da pragmática para se estabelecer de forma eficiente. Logo, a vertente da sintaxe funcional deve considerar incluir esse binômio (discurso e pragmática) em seus estudos.

Até mesmo na escrita, a variação em expressões, termos e estrutura morfossintática é muito comum, até porque, os textos possuem finalidades e propósitos diferentes, dependendo do meio em que estão inseridos; sendo assim, quanto mais gêneros existirem, maior será a tendência em relação à variação. Assim, a organização sintática de uma língua contribui na atribuição de sentido dentro da imensidão de textos e discursos humanos existentes.

Conforme já se pode perceber, a Sintaxe Funcional trabalha com o uso da língua. Portanto, para um estudioso da área, é necessário que haja material para análise, ou seja, “o *corpus* dá ao linguista uma visão mais real dos usos efetivos da língua” (ROSÁRIO, 2015, p.154).

Analisar sintaticamente uma frase não vai muito além de compreender como as coisas funcionam ali dentro e ser capaz de dar nomes às diferentes partes analisadas. Isso não é ser reducionista, é mostrar que, muitas vezes, se constrói um cavalo de batalha sobre algo que é tão complexo sendo tão simples em seus objetivos.

Bem, mas diante da enormidade de uma língua, seria isso possível? Só em parte. Só podemos dar conta de todos os fenômenos e suas variações em parte. (FERRAREZI, 2012, p. 15)

Justamente porque só damos conta de parte da língua, independentemente da escolha de qual linha de análise sintática seguir, agir de forma seletiva é necessário.

Abaixo, a título de exemplificação, seguem alguns conceitos, dados e comparações entre a chamada *gramática tradicional* e a *gramática funcional*, retirados de Ferrarezi (2012). Aqui, não queremos ser excludentes em relação a uma ou outra vertente sintática, mas apenas exemplificar algumas das justificativas de optar por seguir a linha da sintaxe funcional e retratar mais algumas incoerências da gramática tradicional. Começemos por uma questão taxonômica:

a. COMPLEMENTO NOMINAL → SEGUNDO A GRAMÁTICA TRADICIONAL = ligado a substantivo, adjetivo ou advérbio.

b. COMPLEMENTO NOMINAL → SEGUNDO A GRAMÁTICA FUNCIONAL = ligado a *substantivo* e *adjetivo*, pois são nomes e recebem marca de gênero (marca mais importante para um nome).

Advérbio não varia, assim, não pode ser um nome no sistema gramatical do português.

Portanto, por que, segundo a gramática tradicional, *advérbio* pode receber um complemento nominal?

Exemplos de adjunto adverbial (FERRAREZI, 2012, p. 134):

1. João está muitíssimo mal na UTI.
2. Aquele sujeito faz isso bem raramente.
3. Eles quase não têm condição de comer todo dia...

Sobre a questão das nomenclaturas, podemos exemplificar com os termos OBJETO DIRETO e INDIRETO. Por que não usar simplesmente o termo COMPLEMENTO VERBAL? Os próprios estudantes podem confundir o termo *objeto (sintático)* com a ideia de objetos de suas casas ou objetos pessoais, por exemplo.

Em relação aos conceitos, podemos lembrar do fato de a gramática tradicional associar a pontuação (elementos como vírgula e ponto-final, por exemplo) a “pausas” e “tempos de respiração”. O comum é se ler que “o ponto final é uma pausa e uma respiração maior” e que “a vírgula é uma pausa e uma respiração menor”. Trata-se de uma explicação absurda e totalmente desprovida de causalidade, uma vez que esses diacríticos de natureza estrutural têm

relação apenas com os processos de periodização e de paragrafação no texto escrito, o que não tem qualquer relação com a fala.

Isso se torna um problema desde os tempos da formação básica do revisor, que também se forma na educação regular. Lança-se a seguinte questão em relação a um ambiente em que também são encontradas diversas inconsistências no ensino da gramática: por que usar termos, conceitos e análises incoerentes, sendo que há uma teoria mais condizente a se trabalhar em sala de aula?

Vale lembrar que, tratando-se ainda sobre o ensino básico, o que realmente é cobrado, hoje em dia, em vestibulares em relação aos princípios da gramática tradicional? Quase nada! Por que então não abordar uma gramática funcionalista em sala de aula? O professor tem essa autonomia e pode fazer comparações entre a gramática tradicional e a funcionalista? Logicamente, se a autonomia existir, haverá empecilhos nessa adaptação, contudo o resultado será satisfatório.

Logo, para um revisor de texto, seria interessante atentar ao viés “socioculturofuncional”, termo citado em Ferrarezi (2012), pois, isso o tornaria um analista da língua que respeita e preserva a infinidade de variedades linguísticas presentes no português brasileiro, contribuindo para seu desempenho profissional.

Evidentemente, não se pode aceitar “tudo” em uma língua no campo da escrita; dessa forma, saber o que é *uso permitido* do que é *equivoco* é essencial.

3.2. O fato é: muitos escritores não dominam a sintaxe conscientemente e erram ao escrever

Um revisor necessita de um bom domínio global da língua para analisar um texto e perceber o que é cabível dentro de uma obra analisada. Além do mais, suas experiências empíricas e um bom material de consulta são de extrema importância para justificar suas escolhas de análise textual e contestar autores que diferem de suas ideias.

A literatura de consulta é valiosa para o revisor de textos, todavia ele deve ter cautela ao utilizá-la, confrontando autores, buscando justificativas para o que se prescreve, comparando as prescrições e as explicações com o seu

conhecimento linguístico empírico. É esse mesmo conhecimento que vai auxiliá-lo quando não encontrar respostas satisfatórias para suas dúvidas, permitindo-lhe adotar critérios de verificação da pertinência do uso de uma forma linguística. (MOURÃO, 2010, p.176)

Ademais, o “zelo excessivo com o registro formal” e o “desconhecimento das condições de emprego de formas características desse registro” são aspectos mencionados na definição apresentada abaixo, pertencente a um trecho de Mourão (2010), que remete à *hipercorreção*, termo que, de fato, possui notoriedade no meio editorial.

[...] como deve agir o revisor de textos diante das opções que esses termos constituem; o revisor deve aceitá-las em textos que exigem a norma culta?
[...]

Todavia, devemos considerar também que os usos a que nos referimos são resultados de hipercorreção, ou seja, constituem uma variação motivada pelo zelo excessivo com o registro formal e pelo desconhecimento das condições de emprego de formas características desse registro. (MOURÃO, 2010, p.174)

Continuando na argumentação de Mourão, vejamos um exemplo prático:

16. Pode-se dizer que **a liberdade se trata**, de uma forma geral, da primeira garantia do ser humano em sociedade. (Texto de aluno – grifo nosso).
[...]

Observa-se aqui um fenômeno paradoxal em relação à análise da tradição: a expressão “tratar-se de”, em que “se” seria índice de indeterminação do sujeito, é acompanhada de sujeito determinado (idem, p.171).

Aqui, se constata um exemplo do uso de expressões que não são “bem aceitas” pela gramática tradicional. Nesse caso, é necessário que o revisor tenha a percepção da situação em que o texto revisado está inserido e analisar se o exemplo citado no excerto acima (“tratar-se de”) pode ser usado dentro de um texto ou se o termo em questão deve ser alterado, pois não podemos considerá-lo um erro absurdo, sendo que, inclusive, o vocábulo é comumente incorporado na fala. Contudo, conforme já mencionado, é necessário analisar a situação e o contexto em que o texto revisado será inserido, uma vez que seu autor não domina todos esses matizes dos usos gramaticais.

Destaca-se, ainda, que a língua passa por um processo de constante transformação, pois, se há falantes, há mudanças e variações linguísticas na fala. Além disso, temos que ter a noção de que a língua escrita, embora de forma mais lenta, também sofre transformações. Dessa

maneira, dentro um texto, pode-se afirmar que um bom revisor textual necessita reconhecer essas variações e saber lidar com isso para fazer suas respectivas análises textuais de forma mais coerente possível.

Entretanto, a Sintaxe é tratada de forma tão superficial e tão falha na educação básica e na maioria dos cursos de Letras que falta o domínio da área para muitos profissionais de Letras que, possivelmente, passaram por um processo de formação inadequado em toda a educação básica e no ensino superior. Se isso é assim com profissionais formados em Letras, o que se dizer de escritores em geral? Grande parte deles aprendeu que “vírgula é respiração breve e ponto-final é respiração longa”, escrevendo de forma intuitiva e baseando-se em aspectos da fala para produzir seus textos escritos, o que é equivocado. Falta-lhes conhecimentos básicos sobre periodização, paragrafação, pontuação e ordem canônica, que são essenciais no trabalho de revisão da escrita. E, uma vez que a língua não é constante, mas variável e está sujeita a alterações, a análise sintática pode variar de acordo com a situação em que um texto está inserido, o que amplia em muitas vezes a complexidade do processo revisional.

Estas são as razões básicas de o trabalho de um revisor textual estar diretamente ligado a um bom conhecimento de análise sintática, pois, se há domínio da estrutura textual e de suas possíveis alterações, mais da metade do caminho já está andado, pelo menos, no que tange à estruturação do texto.

Tomemos a seguinte frase como um exemplo extremo:

A azul e vermelha menina veste amanhã saia.

Possui sentido facilmente identificado se apresentada de forma isolada? Claramente, não. E quais são os problemas sintáticos que esta frase apresenta?

- a. a frase não segue um padrão sintático aceito pelo português brasileiro (sistema SVO);
- b. no exemplo dado, não conseguimos identificar quais são as estruturas básicas da frase, como o nome, o complemento nominal, o complemento verbal, o advérbio ou outros sintagmas;
- c. a impossibilidade de identificar os elementos básicos da sentença impede que o sistema de concordância funcione, e isso de forma cíclica (uma coisa impede a outra e

vice-versa), o que bloqueia a atribuição de sentidos para as unidades e, consequentemente, para a sentença como um todo.

Isto posto, vemos que, com os problemas sintáticos apresentados, não há vestígio de coerência, sentido, lógica e significado no sentido geral da frase. Com isso, a sentença exemplificada acima não pode ser caracterizada como uma frase existente dentro do português brasileiro.

Como comentado anteriormente, há a necessidade de critérios de análise em uma língua. E nem tudo pode ser considerado “variação”. Há normas e regras que devem ser seguidas. Para isso, então, que existe a *necessidade normativa*, que se caracteriza da seguinte forma: há normas para a escrita do português (e de outro idioma qualquer) que precisam ser seguidas para tornar a escrita inteligível.

Uma dessas ordens diz respeito aos limites sintáticos impostos pela ordem canônica da língua portuguesa, que é definida pelo seguinte esquema:

SISTEMA SVO



SUJEITO + VERBO + COMPLEMENTO VERBAL (OBJETO)

Existem inversões sintáticas que são aceitas pela língua, como é o caso de uma oração ser iniciada por um advérbio e não por um sujeito (Ex.: Inicialmente, as eleições foram canceladas.); ou um complemento verbal anteceder/entropor o sujeito e o verbo (Ex.: Bonitas são as meninas). Caso essa ordem sintática se altere (o que é comum de acontecer), haverá marcações no texto indicando isso, como o uso de vírgulas. Contudo, conforme já mencionado, há alguns aspectos estruturais da língua que devem ser respeitados. Nem tudo é aceito em nome de uma variação.

Vejamos os exemplos abaixo (retirados de FERRAREZI, 2012, p. 33) e, a seguir, analisemo-los:

- a. O gato preto bebeu todo o leite do prato.
- b. O ogatopreteubebotod o eleitodoprat.

c. Bebeu preto gato o do leite prato todo.

A primeira oração segue a ordem canônica do português; já as duas seguintes não possuem atribuição de significado possível, uma porque não segue a forma padrão de composição mórfica e a outra porque não respeita os limites da ordem canônica. Pode-se argumentar que um escritor não apresentaria um texto desse tipo, mas isso depende muito do nível do escritor e de seus objetivos. Porém, o que ressaltamos aqui é que, sem esse conhecimento de base, nem a pontuação do texto será possível com correção. Uma vez que os diacríticos estruturantes usados na escrita do português são utilizados com base em critérios sintáticos, como fica claro em Ferrarezi (2018) e como veremos adiante.

Finalizando sobre a questão da adaptação do tipo de linguagem em relação ao meio em que um texto ou uma obra estará inserido, citamos o *MRPR*:

[...] a gramática tradicional, ou mesmo toda teoria gramatical, são sempre *secundárias* em relação à gramática natural, ao saber intuitivo que confere competência linguística a todo falante nativo. Não há gramática que esgote o repertório de possibilidades de uma língua, e raras são as que contemplam as regularidades do idioma.

Saliente-se, por fim, que o mero conhecimento das regras gramaticais não é suficiente para que se escreva bem. No entanto, o domínio da ortografia, do vocabulário e da maneira de estruturar as frases certamente contribui para uma melhor redação. Tenha sempre presente que só se aprende ou se melhora a escrita escrevendo. (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 50)

3.3. A relação entre a sintaxe e a estrutura textual – periodização e paragrafação

Toda forma de escrita é uma convenção. A comunicação e o registro são algumas de suas finalidades. Possui extrema relevância, contudo, não deve ser considerada como uma fiel representação da fala, pois, na fala, há diferentes recursos que são usados para uma comunicação eficaz, como a melodia emitida, gestos, expressões corporais, entonação etc. Já na escrita, outros recursos são utilizados para que a transmissão daquilo que se quer passar seja eficiente, como a coesão, a coerência, a periodização, a paragrafação, o uso de diacríticos, uma forma específica de semântica, uma forma específica de sintaxe, a escolha vocabular e a estilística textual, que não correspondem fielmente às da fala. Entretanto, antes de considerar

esses recursos acima como colaboradores da construção textual, é preciso ater-se ao conceito de *enunciado*, definição relevante para o contexto abordado nesta seção:

“O enunciado é entendido como a realização da frase. Já a frase é uma entidade teórica, construída pelo linguista para explicar os enunciados. Não se pode ler nem ouvir frases. A língua é um conjunto de enunciados.” (FERRAREZI e BASSO, 2013, p. 22)

Assim sendo, compreendemos que o enunciado é uma *estrutura natural* da língua. Ele é a língua realizada, materializada e não apenas como forma de gramática internalizada. Já a frase é a estrutura da língua em sua forma teorizada, para fins analíticos. Daí, é pertinente mencionar que os enunciados são compostos de *períodos sintáticos*, ou seja, estruturas sintáticas que correspondem à forma natural de organização básica da estrutura enunciativa de língua, bem como identificar sua classificação, que é subdividida em:

Período simples: composto por um único verbo ou uma única frase nominal (frase sem verbo);

Período composto: composto por várias frases verbais ou nominais – mais comum no uso cotidiano da língua (FERRAREZI, 2018, p. 54).

Com isso em mente, cabe reconhecer outros dois conceitos essenciais na organização do texto escrito e que são esclarecidos nas citações abaixo:

A primeira forma de organização do texto escrito é chamada de periodização, ou seja, a organização da escrita por períodos.

[...]

Além da organização da escrita em períodos, também usamos outro recurso gráfico para indicar de que maneira estamos organizando nossa escrita, que é o recurso da *paragrafação*. Um parágrafo é organizado em torno de um *ponto temático*. Criamos um novo parágrafo na escrita a cada vez que nosso texto avança um ponto temático, quando avançamos um ponto no conteúdo que estamos escrevendo. Ou seja: enquanto a periodização do texto escrito é feita com base na *estrutura sintática*, a paragrafação do texto é feita com base na *progressão do conteúdo* que se apresenta.

[...]

A periodização e a paragrafação dão, portanto, a “feição” geral de nosso texto. Elas facilitam muito a compreensão do conteúdo que está ali escrito e são parte importantíssima do aprendizado da escrita da língua. (FERRAREZI, 2018, pp. 54, 55, 56)

Com base nas afirmações acima, podemos compreender facilmente que a fala não tem parágrafos e que a periodização nos enunciados da fala é totalmente diferente da periodização na escrita. Nesta, trabalha-se com períodos completos, com menor nível de repetição e sem as “quebras” naturais da fala. Na escrita, o conceito de frase é muito mais útil, sendo que, na fala, o de enunciado é mais útil. As análises frasais da estrutura SVO e da forma de organização interna dos termos nos períodos são aspectos essenciais para a construção de um bom texto escrito, sendo que já não são essenciais na construção da fala coloquial cotidiana. Em outras palavras, conhecer a estrutura da língua no nível de ser capaz de identificar as estruturas frasais, os processos de periodização e de paragrafação são conhecimentos deveras relevantes para o trabalho de um revisor, sendo que este profissional necessita dominar essas técnicas que deixam o texto mais refinado, seja em termos de conteúdo ou em relação à estética textual, garantindo sua qualidade geral e sua plena legibilidade.

Portanto, conclui-se que a escrita, assim como a fala, é complexa, mas em padrões diferentes. Dessa forma, para que as pessoas aprendam a escrever, é necessário escrever, ou seja, praticar os padrões de construção linguística próprios da escrita.

3.4. A relação entre a sintaxe e a pontuação

Concernente à temática referente à relação entre a sintaxe e a pontuação, vemos que:

Para ela (PINTO, 1993*), conhecer análise sintática é fundamental para bem pontuar. Frise-se que, ao contrário do que afirma essa autora, em uma perspectiva discursiva, a importância da Sintaxe vai muito além do que apenas saber pontuar. A Sintaxe é uma das categorias preconizadas pela Análise de Discurso Crítica (ADC). De acordo com Fairclough (2001a), a transitividade, por exemplo, ajuda-nos a verificar se tipos de processos e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição da responsabilidade. (ROCHA, 2012, p. 66, *referência adicionada ao texto)

Dessa forma, um bom revisor precisa dominar os conteúdos sintáticos de forma que, ao analisar os textos em revisão, não tome como pressuposto princípios relacionados em *intuição* linguística. Se há uma coisa que não funciona no processo revisional é a “intuição” linguística. O processo revisional é racional e técnico. As marcações estruturais de um texto

necessitam ser feitas de acordo com o que a sintaxe exige e, não, baseadas em pausas respiratórias, por exemplo.

Confira o exemplo abaixo, sobre o uso de vírgulas, extraído de Ferrarezi (2018), em que numeramos as vírgulas para posterior análise:

“Mamãe,(1) meu amor,(2) comprarei,(3) hoje mesmo,(4) para você no mercado: maçã,(5) batata,(6) feijão,(7) óleo,(8) rúcula,(9) farofa,(10) tomate,(11) espinafre,(12) ovos,(13) doces,(14) pães,(15) tudo fresquinho,(16) tudo de primeira!” (p. 80, *numeração das vírgulas nossa*)

O uso das vírgulas no exemplo está correto. Como ler tal estrutura em voz alta respirando a cada vírgula? Isso tornaria a leitura absurdamente artificial e até difícil. Isso se dá porque o processo de marcação estrutural da frase não é feito com base em pausas respiratórias, mas, sim, nos casos acima, pelos seguintes critérios:

- a. **vírgulas 1 e 2** – decorrentes da inserção do aposto (coordenação correferencial) “meu amor” (que se refere ao nome “Mamãe”);
- b. **vírgulas 3 e 4** – Neste caso, as vírgulas são usadas em consequência da intercalação do complemento adverbial “hoje mesmo”, intercalado na frase em uma posição que se desloca da ordem canônica do português brasileiro;
- c. **vírgulas 5 a 14** – usadas para exprimir a coordenação nominal simples entre elementos que exercem função de complemento verbal.
- d. **vírgulas 15 e 16** – vírgulas utilizadas em função da presença de coordenação entre apostos explicativos (coordenação correferencial), nesse caso, tradicionalmente considerados como germens de orações explicativas potenciais.

Aqui, vale lembrar que toda forma de coordenação e de inserção/intercalação de termos sintáticos é uma quebra na estrutura canônica da língua e enseja o uso de vírgulas. Assim, como se observa pelo exemplo, a forma de marcação estrutural na língua escrita (diacríticos) é diferente da forma usada na língua falada. Nesta, a entonação, em casos de leitura em voz alta, por exemplo, se encarrega de oferecer sentido ao conteúdo do texto escrito.

[...] quando lidamos com uma língua natural (por exemplo, fazendo análise sintática), estamos lidando com uma estrutura em que existem *variáveis reais*, em que uma mesma coisa pode ter diferentes sentidos ou várias coisas podem ter um mesmo sentido, em que uma mesma estrutura pode ser interpretada de diferentes formas, em que uma “mera” entonação muda toda a estrutura. Isso não acontece, por exemplo, na Matemática.

[...]

Já na frase “O homem caçou o leão apavorado”, [...] não dá pra saber se quem estava apavorado era o homem ou o leão. Essa variação, real e plenamente aceitável, muda a estrutura sintática, o sentido e a forma de falar a frase, o que muda, inclusive, a situação em que a frase deverá ser usada. E qual está certa? O *leão apavorado* ou o *homem apavorado*? Esse é o ponto: as duas podem estar corretas, em diferentes situações, com base em diferentes pontos de vista e suportadas por diferentes explicações. Bem, esses são pequenos exemplos de que, quando lidamos com fatos da língua, é possível que tenhamos que fazer escolhas entre maneiras diferentes de definir até nosso objeto de estudo. (FERRAREZI, 2012, p. 23)

Conforme já se dissemos, o português brasileiro (como qualquer outra língua) possui uma riqueza de variações linguísticas que, dependendo da situação, pode ocasionar casos de ambiguidade ou de má interpretação. Mas, então, como resolver esse problema? A questão “fala x escrita” deve sempre ser levada em conta por um revisor textual, tendo em vista que há diferenças notórias entre uma e outra. Em relação à fala, conta-se com a contribuição de recursos que auxiliam na melhor compreensão daquilo que se quer dizer, como a entonação, gesticulação e expressões faciais, por exemplo, sendo, assim, possível anular a ambiguidade. Contudo, na escrita, é necessário usar recursos como a pontuação ou reestruturar uma frase, trocar palavras etc., para que a ambiguidade seja evitada – caso seja objetivo do autor evitá-la, pois a ambiguidade em um texto pode ser parte constituinte de seu sentido desejável. Por outro lado, em alguns textos não se pode permitir que sejam interpretados de forma subjetiva, o que pode acarretar problemas, como é o caso de textos constitucionais, por exemplo, que devem ser compreendidos de forma objetiva por todo leitor, mesmo sabendo-se ser isso “apenas” um ideal.

Por isso, como na escrita, não temos a mesma riqueza de detalhes que podemos expressar por meio da fala, temos que recorrer a recursos como os *diacríticos*, por exemplo. Com eles, temos meios de saber se o que está escrito é um questionamento, uma afirmação ou há a presença de ironia (aspas), a título de exemplo.

O conceito de *diacríticos* é apresentado na seguinte citação:

Diacríticos – são os grafemas complementares adicionados às letras para fornecer informações fonéticas, semânticas, morfológicas ou sintáticas à escrita de base. São símbolos que interferem, que alteram a maneira como lemos os símbolos de base. Esta, aliás, é a concepção geral do que seja um

“diacrítico”: um símbolo que, adicionado a outro símbolo afeta seu valor significativo. (FERRAREZI, 2018, p.19)

A seguir, complementando a definição exposta, explicitam-se as principais funções dos diacríticos:

As letras, que funcionam como base do sistema de escrita, são complementadas por diacríticos que exercem diferentes funções em relação ao que se escreve. As principais funções dos diacríticos são:

- a. indicar aspectos fonético-fonológicos, como o timbre de uma vogal, a tonicidade silábica da palavra ou a pronúncia específica de uma letra;
- b. indicar aspectos fonológico-semânticos, como a entonação básica de uma sentença que define sua tipologia;
- c. indicar fenômenos mórficos, como contração, a aglutinação ou a ligação de elementos;
- d. indicar aspectos sintático-semânticos, com a alteração da estrutura frasal ou o tipo de relação sintática existente;
- e. indicar aspectos discursivos, como o fato de estar havendo um diálogo ou uma citação. (FERRAREZI, 2018, p. 27)

Já no seguinte excerto, são indicados os tipos de diacríticos existentes na escrita oficial do português:

Na escrita oficial do português temos os seguintes tipos de diacríticos[...]:

- a. cedilha;
- b. acentos;
- c. til;
- d. crase;
- e. hífen;
- f. apóstrofo;
- g. sinais de pontuação;
- h. diacríticos de informação discursiva.

Há autores que não consideram a pontuação como parte dos diacríticos, mas simplesmente como “pontuação”. Cremos, porém, que isso contraria a própria ideia de “diacrítico, que é todo sinal que modifica o valor de outros sinais. (FERRAREZI, 2018, pp. 29-30)

Como se pode notar, os diacríticos dos tipos “a” a “f”, dizem respeito à ortografia, que é uma questão importante, porém de menor complexidade no processo revisional. Porém, os diacríticos dos tipos “g” e “h”, correspondentes aos processos de periodização e de paragrafação no texto escrito são de extrema complexidade e, assim, é comum que um revisor demore anos em sua formação para compreender e ser capaz de atuar com “precisão cirúrgica” em seus usos.

E o pior é que há pessoas que imaginam que corretores ortográficos e gramaticais dos editores digitais dão conta de fazer uma revisão de textos com a necessária qualidade. Como diz Ferrarezi (2018):

“[...] não existe nenhum corretor que seja capaz de ler pensamentos e, por isso, nenhum corretor ortográfico dá conta de corrigir tudo o que tem que ser corrigido na escrita.” (p. 10)

Sendo assim, ao revisor resta a necessidade de ter domínio cabal da língua com que trabalha e conseguir atuar com precisão em suas nuances e variações de acordo com cada situação imposta a ele, inclusive em áreas que não são de seu domínio. A isso, deve-se acrescentar o fato de que são, no Brasil, raríssimas as obras que ensinam a pontuar e a usar todos os diacríticos de forma técnica e coerente, o que dificulta grandemente a formação técnica dos revisores.

CAPÍTULO 4: A SEMÂNTICA NA REVISÃO

4.1. O que é Semântica

A Semântica estuda o sentido das palavras, expressões, frases e unidades maiores da comunicação verbal, os significados que lhe são atribuídos. Ao considerarmos o significado de determinada palavra, levamos em conta sua história, sua estrutura (radical, prefixos, sufixos que participam da sua forma) e, por fim, o contexto em que se apresenta. (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 83)

Assim como na linha teórica de Sintaxe Funcional, os estudos em Semântica no Brasil começaram a se desenvolver somente a partir da segunda metade do século XX, um pouco tardiamente se compararmos com as vertentes mais estruturalistas dos estudos linguísticos.

Além disso, “A Semântica, adjetivada ou não, nunca chegou a ter no Brasil o mesmo grau de desenvolvimento alcançado por outras disciplinas linguísticas, como a Sintaxe ou a Fonologia.” (FERRAREZI, 2013, p. 09)

Mas qual seria a justificativa? Talvez não fosse considerada como ciência ou levada tão a sério por pesquisadores e estudiosos da área da linguagem? Possivelmente! Contudo, não há o que negar em relação à sua importância para os avanços e estudos da linguagem, tendo em vista que os sentidos e significados atribuídos às palavras e/ou expressões possuem relação direta com outras linhas de pesquisa dentro da Linguística.

Pode-se dizer, ainda, que a Semântica é uma das vertentes da Linguística que está mais relacionada aos usos reais da língua e que acompanha diretamente as suas mudanças e variações.

O estudo do significado linguístico assume especial importância em sociedades letradas, embora a questão do significado não fosse menos importante em sociedades não letradas. A informação decorre do ato de que, em praticamente todas as culturas letradas, encontramos algum tipo de elaboração escrita, registrada, sobre o que as palavras e as sentenças de uma língua significam e como a significação das expressões nos permite agrupá-las em classes, uma das bases da confecção de gramáticas, de manuais e bom falar, de obras sobre o uso correto da língua. (FERRAREZI, 2013, p. 13)

Há de se diferenciar, porém, o campo semiótico, mais amplo e relacionado a uma diversidade maior de signos, do campo semântico, estritamente vinculado aos signos de natureza linguística, como representamos no esquema seguinte:

SEMIÓTICO (DIMENSÃO MAIS AMPLA)

↑

SIGNIFICADO

↓

SEMÂNTICO (DIMENSÃO LINGUÍSTICA)

Além dessa diferenciação de base, cumpre ressaltar que, assim como há em diversos outros campos de estudos da Linguística, nas linhas de pesquisas semânticas, existem diferentes vertentes que estudam o significado linguístico, cada qual com suas perspectivas de análise, ressaltando que todas devem ser consideradas relevantes para os estudos semânticos. E, quando se estuda a linguagem, é notório que nada é “isolado”. Sempre há correlações entre áreas distintas do saber. Aliás, não somente dentro dos estudos da linguagem, como também em outras áreas podemos perceber essas correlações.

O ser humano é capaz de atribuir sentido a uma mera palavra monossilábica, assim como é capaz de encontrar diferentes significados e sentidos dentro de uma só palavra ou termo. É nessa diversidade que se pode observar a grandeza e, ao mesmo tempo, a beleza dos estudos semânticos, que estão sempre em busca do sentido das palavras e expressões da linguagem humana.

Nessa perspectiva, os estudos em Semântica são extremamente necessários, pois eles nos mostram como os processos de atribuição de sentido em uma língua alteram a nossa compreensão dos fatos linguísticos, nossa percepção dos eventos e o nosso modo de enxergar o mundo.

4.2. O que é semântica cultural e por que ela é mais indicada para o revisor de textos

Podemos definir a Semântica Cultural (SC) como uma vertente da Semântica que estuda a *relação entre os sentidos* atribuídos às palavras ou demais expressões de uma língua e a *cultura* em que essa mesma língua está inserida. (FERRAREZI, 2013, p. 71)

Tendo isso em vista, optamos por trabalhar com a Semântica Cultural nesta monografia, pois ela apresenta os reais sentidos atribuídos a uma palavra ou expressão em seu uso mais concreto e está diretamente ligada com a cultura da língua em que está inserida, ou seja, a Semântica Cultural está diretamente relacionada com uma língua viva, real e que constantemente se altera e se modifica, de acordo com a visão de mundo de seus falantes.

Mas do que se ocupa a Semântica Cultural?

Ocupam a SC todos os casos de construção e atribuição de sentido às palavras, sejam elas dentro de uma cultura dada, sejam em casos de contato como o apresentado. Em todos eles, porém, o que se busca é demonstrar como, a partir, de uma construção de natureza cultural, se compõem os sentidos que, posteriormente, serão associados às palavras e demais expressões da língua. (FERRAREZI, 2013, p. 83)

Atualmente, pode-se afirmar que, graças aos esforços de pesquisadores da área, a vertente de Semântica Cultural, aos poucos, vai se solidificando e tomando novos e largos caminhos a serem trilhados, como atesta o excerto abaixo, especialmente em função do desenvolvimento metodológico da vertente:

No Ocidente, na década de 1950, antes mesmo do surgimento de vertentes como o Gerativismo, se realizavam bons estudos de Semântica que levavam em conta a relação entre língua e cultura, como os clássicos de Gustavo Correa desenvolvidos com povos da Guatemala.

Porém, nessa fase, esses estudos ainda não tinham uma metodologia linguística muito bem definida e eram uma “mistura” de Linguística com Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, História (e todas as demais ciências que pudessem contribuir com a compreensão da construção linguística e sua relação com a própria construção da cultura e com o comportamento da comunidade de falantes). (FERRAREZI, 2013, p.72)

A língua está intimamente ligada com a cultura e os costumes de um povo. Sendo assim, ela é melhor compreendida pela ótica de uma Semântica Cultural, pois, dessa forma, é

vista como um objeto de estudo que está estreitamente relacionado ao uso real e vivo de uma comunidade de falantes.

Logo, estendendo essa lógica para uma língua como o português, evidencia-se, por exemplo, que “[...] o português é uma língua que tem uma escrita já bem antiga (cerca de 850 anos de existência desde as primeiras tentativas conhecidas) e influências de muitas outras línguas, com muitos empréstimos e adaptações” (FERRAREZI, 2018, p.22). Logo, o português possui influência de diversas línguas, o que gera muitas exceções, empréstimos, adaptações, estrangeirismos e neologismos, o que demanda de seu estudioso uma compreensão que vai além do dicionarismo tradicional ou das listagens lexicais. Nessa dimensão, cumpre apresentar uma visão mais ampla de *língua natural*, como segue:

Nos estudos de SC, normalmente, se adota a premissa de que o conceito de língua natural é em si o princípio da construção teórica, pois esse conceito é que norteia a abordagem do objeto de estudo. Uma das visões correntes que eu adoto – conhecida como Semântica de Contextos e Cenários, diz que uma língua natural pode ser entendida como *um sistema socializado e culturalmente determinado de representação de mundos e seus eventos*. (FERRAREZI, 2013, p. 74)

Portanto, considerado como um sistema socializado e culturalmente determinado, o conjunto de variáveis incluído no processo de revisão se amplia para além dos manuais tradicionais e ganha outro nível de complexidade. Logo, assim como ocorre em um contexto de fala, dentro da área de revisão textual, em um meio predominantemente escrito, se adotamos uma perspectiva culturalista, é preciso ater-se ao que é julgado correto x incorreto, certo x errado, pois aquilo que é “correto/certo” em um determinado contexto pode ser “incorreto/errado” em outras circunstâncias. Além disso, quem define o que é “certo” ou “errado”, “correto” ou “incorreto”? A Gramática Tradicional? Com base em quais teorias e aspectos?

Nessa perspectiva, como profissional que atua sobre uma produção em língua natural, o revisor deve assumir um posicionamento referente ao que é “adequado” ou “inadequado” para a expressão dos sentidos desejados pelo autor, de acordo com:

a. os contextos – a composição textual em si, os outros vocábulos, a estrutura sintática e estilística do texto;

b. os cenários – a construção mental de mundo que suporta aquilo que está escrito e apenas na qual o que foi escrito faz sentido; e

c. os eventos linguísticos – os usos reais aos quais o gênero textual em questão está direcionado pressupondo certo público-alvo.

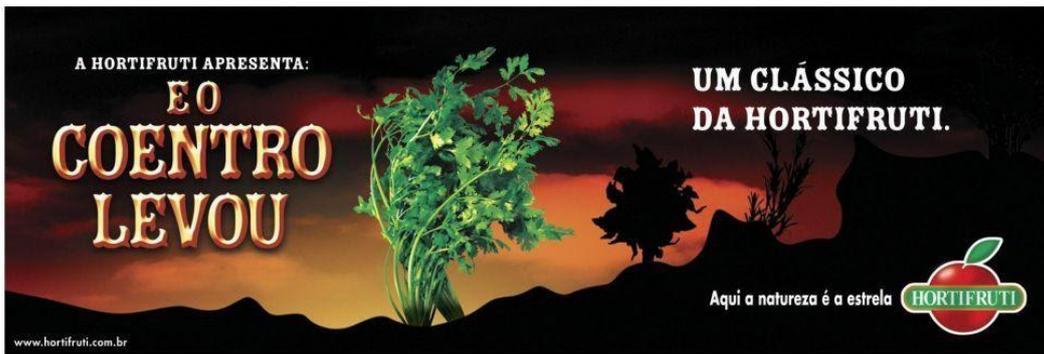
A substituição do conceito de “erro” pelo de “adequação” traz grande ganho ao campo da Revisão Textual, pois permite que o texto ganhe em riqueza estilística e que nuances de sentido outrora perdidas em uma correção normativista seja preservada em sua integralidade.

Para ficar mais claro, citemos dois exemplos práticos:

1. No meio legislativo, um revisor foi convocado para revisar uma nova edição dos textos da Constituição Federal. Nesse sentido, é mais adequado que se tenha uma maior formalidade e rigor com a língua, tendo em vista que se trata de um texto oficial e que necessita de seguir alguns padrões e normas exigidos pelo contexto em que está inserido, especialmente no que tange ao rigor com a precisão lexical.
2. Por outro lado, em uma agência de publicidade, um revisor deve revisar um folder de divulgação de uma lanchonete local. A linguagem não necessita ser totalmente formal, pois o intuito é divulgar um comércio que se caracteriza como um ambiente informal para uma comunidade que deve fazer dele um local de lazer, além de um local de alimentação. O emprego de imagem e texto se diferencia enormemente daquele comum em um gênero oficial, por exemplo.

Com isso, pode-se perceber que o intuito do autor e o trabalho do revisor, do 1º para o 2º exemplo, são diferentes, e o que é adequado para um, pode não ser apropriado para o outro.

Por isso, o conhecimento de mundo de um revisor é muito significativo, tendo em vista que contribui positivamente para o seu trabalho e para a ampliação de novos horizontes dentro do campo da revisão. Observemos a propaganda abaixo, de uma rede de comércio pauli 



Outdoor Coentro

(Fonte: www.hortifruti.com.br)

Como o conhecimento de mundo nos auxilia na atribuição de sentidos a esse painel comercial? Vejamos trecho a trecho o conceito de adequação à proposta da rede varejista:

- a. o que se quer dizer com “A Hortifruti apresenta”?

A “Hortifruti” é uma rede varejista de hortifrutigranjeiros com lojas presentes em quatro estados do Brasil. Dessa forma, ao usar “A Hortifruti apresenta” na propaganda, a empresa se coloca como sendo a produtora e responsável pelo produto anunciado, que, no caso, é o coentro.

- b. a qual obra de cinema está relacionado o título “E o coentro levou”?

“E o coentro levou” está relacionado à obra de cinema “E o Vento Levou”, um filme do ano de 1939, dirigido por Victor Fleming.

- c. por que o coentro é chamado de “um clássico da Hortifruti”?

Ao fazer uma relação com o filme “E o Vento Levou”, pode-se deduzir que, assim como a obra cinematográfica é um clássico do cinema mundial, o coentro é um dos produtos mais procurados e/ou vendidos na rede de lojas “Hortifruti”, sendo, assim, considerado “um clássico da Hortifruti”.

- d. por que o *slogan* da rede varejista é “Aqui, a natureza é a estrela” e qual a relação entre esse *slogan* e a frase inicial “A Hortifruti apresenta”?

Ao fazer uma comparação com o meio cinematográfico, a rede varejista “Hortifruti” usa o slogan “Aqui, a natureza é a estrela” para afirmar que os seus

produtos, vindos diretamente da natureza, são as mercadorias mais significativas deste comércio, e, dessa forma, com essa justificativa apresentada, a relação entre o *slogan* e a frase inicial “A Hortifruti apresenta” possui maior sentido.

- e. qual é a relação entre o conteúdo linguístico da propaganda e a imagem do maço de coentro em um cenário do oeste norte-americano?

Conforme já sabemos, a propaganda faz menção à obra cinematográfica “E o Vento Levou”. Por isso, podemos relacionar o conteúdo linguístico da propaganda e a imagem do maço de coentro em um cenário do oeste norte-americano com o cartaz original do filme, que apresenta um casal ao centro da imagem e o mesmo cenário que a empresa “Hortifruti” usa para sua propaganda.

A rede varejista de hortifrutigranjeiros apenas substituiu o casal da imagem original (do filme) por um maço de coentro ao vento, fazendo, mais uma vez, referência ao título do filme (“E o Vento Levou”).

- f. finalmente, por que o texto, a imagem e a relação entre texto e imagem são semântico-semioticamente adequadas nessa peça publicitária?

Quando se faz menção ao filme americano “E o Vento Levou” na peça publicitária da rede varejista de hortifrutigranjeiros, “Hortifruti”, seja por meio do texto, da imagem ou pela relação entre texto e imagem, há maior atribuição de sentido para a compreensão da propaganda como um todo. Assim, todos os elementos semântico-semioticamente presentes apresentam importância para a construção de sentido da peça publicitária.

Por fim, não devemos deixar de mencionar a importância do conhecimento de mundo da pessoa que visualiza a propaganda da empresa, pois, para que haja uma maior compreensão desta propaganda da “Hortifruti”, é necessário que se conheça o mínimo possível sobre o filme “E o Vento Levou” para poder fazer uma correlação entre o longa-metragem e a peça publicitária. 

O exemplo acima utilizado nos mostra que é por meio da interação social que a comunicação se mantém viva, dessa forma:

Os gêneros textuais não são apenas estruturas seja no nível de sua organização prototípica, seja no nível linguístico. Sua estrutura gramatical não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de

enunciações concretas (enunciados concretos) que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação viva, na interação com as pessoas que nos rodeiam. (ROCHA, 2012, p.234)

Por isso, a adequação do texto em relação à situação comunicativa também é um fator relevante a se observar. É necessário refletir o seguinte: qual é a intenção, para que e para quem este texto está sendo escrito? Qual é a sua finalidade?

4.3. A relação entre a semântica e a precisão vocabular (a escolha das melhores palavras)

Concebe-se, preliminarmente, que cada categoria (de palavras ou mesmo de unidades menores, como os morfemas) de uma língua tem, de alguma forma, uma relação com uma categoria da cultura e que, assim, a categoria gramatical sistematiza o registro da categoria cultural na estrutura linguística. Seria por isso, entre outras razões apontáveis, que a concepção interna de uma classe de nomeação (por exemplo, como a que chamamos de “substantivos” na tradição gramatical brasileira) contempla aspectos semântico-representativos diferentes de língua para língua, pois essas categorias refletiriam, de alguma forma, a construção diferenciada de categorias culturais de elementos nomeáveis de um ambiente cultural para outro ambiente cultural. (FERRAREZI, 2013, p. 84)

Um bom revisor necessita saber identificar as funções das palavras e estruturas dentro de um texto, mas, além disso, ser capaz de compreender o real sentido de um texto e reconhecer o porquê das escolhas lexicais e sintáticas que um autor fez para determinada obra.

Um exemplo que tem se demonstrado bastante esclarecedor em relação a esse aspecto da adequação vocabular é a recorrência com que o Sr. Jair Bolsonaro, atual presidente da República do Brasil, se pronuncia em público com o uso de palavras de baixo calão. Isso é considerado inadequado não em função de sua individualidade, mas em função do cargo que ocupa e, dessa forma, essa maneira de agir tem chocado grande parte dos brasileiros. Na mesma direção, precisamos entender que a revisão de material científico demanda conhecimento acurado dos termos técnicos por parte do revisor. Uma palavra que é comum no linguajar cotidiano (como “sujeito” ou “objeto”), pode ser um termo técnico em uma ciência (como essas citadas são em Sintaxe, por exemplo).

Logo, a adaptação da linguagem ao meio social em que ela circula é uma das preocupações que se deve ter dentro de um texto, pois, embora a língua seja compreendida como um sistema aberto, há uma estreita interação entre os seus falantes e o meio em que vivem que se reflete nas palavras que são utilizadas. O léxico é elemento fortemente revelador do nível

de uma linguagem, mais do que a sintaxe até. Ou seja, a escolha lexical em um enunciado é baseada nas vivências e nos objetivos do emissor, que deve se ater a seu receptor, de que forma e para qual finalidade ele enuncia. E, portanto, as escolhas lexicais em um texto devem ser observadas em relação ao meio em que um texto será introduzido e em relação à função que ele exercerá. Usos da língua de forma polida, cerimoniosa, informal, popular e até mesmo gírias devem ser consideradas de acordo com a situação linguística em que um texto será inserido.

4.4. A relação entre a semântica e os usos regionais e identitários da língua – a cultura linguística

Sabemos, hoje, com certo grau de precisão, de que forma as línguas naturais refletem aspectos da organização do mundo pelos falantes, funcionam como meios de registro da complexa construção de saberes da cultura, interferem na maneira como as pessoas enxergam os elementos do seu mundo, enfim, sabemos que há uma estreita relação entre toda a construção cultural de uma comunidade e sua língua, desde os aspectos mais puramente gramaticais (como uma forma de concordância, por exemplo) até a construção dos sentidos das expressões mais complexas. (FERRAREZI, 2013, p. 73)

Como vimos, uma vez que a cultura influencia a língua de uma comunidade de falantes e, por outro lado, a língua também influencia na cultura, pois ela revela a identidade de um povo, por meio da língua, os falantes constituem registros das mais variadas formas de relação com o mundo em que vivem.

Por isso, a formação de um bom revisor de textos não deve se firmar apenas no padrão culto de uma língua, mas em “um saber linguístico amplo e consistente”, ou seja, que vá além da variante de prestígio de uma localidade e adentre nos falares menos prestigiados que, com grande propriedade, podem estar inseridos em determinado texto.

Para que uma língua seja considerada viva, é necessário, além de outros fatores, falantes que interajam por meio dessa língua. E, sendo assim, se há falantes que interagem por meio dessa língua, conseqüentemente, há variações e constantes atribuições de sentido mais complexas do que aquelas constantes em um dicionário. Além disso, os aspectos culturais interferem diretamente na construção e na compreensão dos enunciados linguísticos, tendo em vista que a cultura está intimamente relacionada com a língua de um povo e vice-versa: “ela (a cultura) não apenas interfere na atribuição de sentidos a uma palavra, mas interfere até na própria estrutura gramatical da língua que ali é falada.” (FERRAREZI, 2013, pp. 72-73)

Obviamente, é preciso saber que, assim como acontece na Sintaxe, na Semântica também

Devemos pressupor que os sentidos são atribuídos às palavras não de forma aleatória, segundo a “boa vontade” de cada falante, mas que existem princípios norteadores desse processo, tanto princípios intralinguísticos (da própria gramática da língua) como princípios da relação entre a língua e a dimensão extralinguística (princípios da relação entre a língua e os demais fatos culturais). Identificar esses princípios é essencial para uma análise satisfatória. (FERRAREZI, 2013, p. 76)

Portanto, para se tornar um revisor de textos hábil, é extremamente importante saber identificar esses princípios.

Foquemos a questão desses princípios exemplificando com o uso de metáforas, que, literalmente, dizem algo, mas que, por trás daquilo que foi expresso, comportam outros significados. Vejamos o que nos diz Mourão:

[...] o revisor deve ser um profissional que entende a variação linguística como um fato incontornável da língua e que é capaz de analisar os usos dos falantes/escritores observando sua adequação aos registros linguísticos e às instâncias discursivas. Concebemos o revisor como um profissional cuja atividade depende de uma formação que ultrapassa o conhecimento de algumas prescrições do padrão culto, incluindo um saber linguístico amplo e consistente. (MOURÃO, 2010, p.176)

Observemos o texto abaixo, constante da redação de uma criança de 3º ano inicial:

O meu amico metel o pé na jaca, falou tuto que a genti feiz par a mia mae lá no funo da ingrexa.

É evidente que o texto apresenta uma série inadequações ortográficas (amico/amigo, metel/meteu, tuto/tudo, genti/gente, feiz/fez, par/para, mia/minha, mae/mãe, funo/fundo, ingrexa/igreja). Trata-se, evidentemente, de questões relacionadas a sua alfabetização ainda não concluída. Mas, o professor deve corrigir “meteu o pé na jaca”? O que significa essa expressão no contexto da produção do aluno. E no cenário em que o aluno descreve a situação?

O aluno, ao descrever em sua redação uma situação que ocorreu com ele e seu amigo, usa a expressão “meteu o pé na jaca” para dizer que seu coleguinha falou além do necessário sobre algo que fizeram na igreja (possivelmente, alguma brincadeira de criança ou alguma “arte”). O professor, nesse contexto, deve considerar a expressão em questão (“meteu o pé na jaca”) sem corrigi-lo, pois demonstra o conhecimento semântico que o garoto possui. Uma possibilidade, talvez, seria a de instigar o menino a responder sobre o significado da expressão usada por ele em sua redação. Com isso, o professor poderia promover uma atividade com toda a classe e promover uma discussão sobre as possíveis expressões semânticas encontradas em textos dos alunos.

Esse pequeno exemplo escolar nos mostra um pouco da complexidade do trabalho do revisor. Afinal, como os estudos linguísticos nunca se encerram, da mesma forma que a língua evolui, o trabalho de busca e estudos do revisor é constante para acompanhar o desenvolvimento dessa língua. Isso avança até mesmo para os campos mais formais. Senão, vejamos o que o Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 83, afirma:

Sendo a clareza um dos requisitos fundamentais de todo texto oficial, deve-se atentar para a tradição no emprego de determinada expressão com determinado sentido. O emprego de expressões ditas de uso consagrado confere uniformidade e transparência ao sentido do texto. Mas isso não quer dizer que os textos oficiais devam limitar-se à repetição de chavões e de clichês. Verifique sempre o contexto em que as palavras estão sendo utilizadas. Certifique-se de que não há repetições desnecessárias ou redundâncias. Procure sinônimos ou termos mais precisos para as palavras repetidas; mas se sua substituição for comprometer o sentido do texto, tornando-o ambíguo ou menos claro, não hesite em deixar o texto como está. É importante lembrar que o idioma está em constante mutação. A própria evolução dos costumes, das ideias, das ciências, da política, enfim da vida social em geral, impõe a criação de novas palavras e de formas de dizer.

Com isso, o que foi explanado no trecho acima pode ser aplicado não somente dentro de um texto oficial, mas para os diversos gêneros textuais existentes. Dessa citação, reforçamos que o trecho citado desperta a atenção para a questão da relação entre a semântica e os usos regionais e identitários de uma língua. E, ainda tratando da Redação Oficial, usando-a como exemplo para a temática da relação entre a semântica e os usos identitários da língua, podemos afirmar que

A redação oficial não pode alhear-se dessas transformações, nem incorporá-las acriticamente. Quanto às novidades vocabulares, por um lado, elas devem sempre ser usadas com critério, evitando-se aquelas que podem ser

substituídas por vocábulos já de uso consolidado sem prejuízo do sentido que se lhes quer dar.

De outro lado, não se concebe que, em nome de suposto purismo, a linguagem das comunicações oficiais fique imune às criações vocabulares ou a empréstimos de outras línguas. A rapidez do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, impõe a criação de inúmeros novos conceitos e termos, ditando de certa forma a velocidade com que a língua deve incorporá-los. O importante é usar o estrangeirismo de forma consciente, buscar o equivalente português quando houver ou conformar a palavra estrangeira ao espírito da Língua Portuguesa.

O problema do abuso de estrangeirismos inúteis ou empregados em contextos em que não cabem, é em geral causado ou pelo desconhecimento da riqueza vocabular de nossa língua, ou pela incorporação acrítica do estrangeirismo. (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 83)

Isso tudo se deve ao fato de que um termo ou expressão que pode fazer sentido em um texto escrito na Região Norte do Brasil, pode não ser totalmente compreendido por um leitor morador do Sul do país, por exemplo. Aliás, podemos ampliar o conceito de identidade e destacar, também, já dentro do campo da revisão textual em específico, questões a respeito de textos que circulam em diferentes ambientes. Um texto jurídico possui uma finalidade diferente de uma matéria jornalística da *Folha de São Paulo*, que difere de um texto acadêmico, que, por fim, difere de um texto publicado na *timeline* de um perfil pessoal no *Facebook*. Todos esses exemplos são relacionados à identidade do autor e do texto. A língua constrói seus usos regionais e identitários de acordo com suas necessidades.

4.5. A compreensão do sentido integral pretendido pelo autor: o desafio final do revisor

Para início deste subtítulo, a seguir, apresentamos e abordagem de algumas concepções a respeito do conceito de linguagem:

A linguagem humana tem sido concebida, no curso da História, de maneiras bastante diversas, que podem ser sintetizadas em três principais: a. como representação (“espelho”) do mundo e do pensamento; b. como instrumento (“ferramenta”) de comunicação; c. como forma (“lugar”) de ação ou interação. A mais antiga destas concepções é, sem dúvida, a primeira, embora continue tendo seus defensores na atualidade. Segundo ela, o homem representa para si o mundo através da linguagem e, assim sendo, a função da língua é representar (= refletir) seu pensamento e seu conhecimento de mundo. A segunda concepção considera a língua como um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. A principal função da linguagem é, neste caso, a transmissão de informações. A terceira concepção, finalmente, é aquela que encara a linguagem como atividade, como

forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes. Trata-se, como diz W. Geraldi (1991), de um jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo. (KOCH, 2000, pp. 9-10 *apud* ROCHA, 2012, p. 106)

Assim, não se pode deixar de evidenciar que a linguagem está presente tanto em contextos verbais quanto em não verbais, cada qual com sua importância e finalidade. E, como temos dito até aqui, “a língua tem como função principal a comunicação” (ROCHA, 2012, p. 99). Por isso,

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

- a) alguém que comunique;
- b) algo a ser comunicado;
- c) alguém que receba essa comunicação.

(Manual de Redação da Presidência da República, 3ª ed., p. 16)

Com isso, vemos que o processo de atribuição de sentidos a um texto não depende exclusivamente do texto em si, mas de seu autor e de seu leitor/ouvinte. Como o revisor pode dar conta de tamanha complexidade? Com formação técnica apurada e, é claro, com enorme conhecimento cultural. Afinal, como diz Ferrarezi,

Existe mais de uma explicação para um fenômeno linguístico.

Exemplificando:

[...] João entra numa sala que tem três pessoas e diz “Bom dia! ”. Um fica contente e responde “Bom dia! ”, o outro fica com raiva e manda o João para o inferno e o outro não está nem aí para o João. Por que essas coisas acontecem pode ser explicado de diferentes maneiras, por diferentes pontos de vista. E muitas dessas explicações serão muito boas! Mas qual deve ser escolhida? Todas? Algumas? Só uma? Nenhuma? Talvez tenhamos que escolher a que mais nos convence, de acordo com o ponto de vista de nossa análise. (FERRAREZI, 2012, pp. 20, 21)

Conclui-se, assim, que em um texto escrito, um revisor deve ser capaz de adequar a estrutura, o léxico, a pontuação, as nuances, não apenas em relação à situacionalidade, à forma do gênero apresentado, à adequação lexical, ao evento linguístico pretendido, mas também ao

interlocutor e ao papel que o texto exerce dentro de um meio. Um trabalho hercúleo que garantirá a integridade do sentido pretendido pelo autor.

Isso requer um grande conhecimento e domínio das técnicas de sua área. Além disso, a ampliação de conhecimentos de mundo e de cultura em geral acrescenta significativamente em bom desempenho profissional, pois, quanto mais se busca novos conhecimentos e informações, mais aperfeiçoamos nossas habilidades.

Por fim, um último ponto pertinente a ser abordado nesta seção é a relação entre autor-revisor, que se faz extremamente importante dentro dos processos de revisão, uma vez que o revisor não é dono de uma “bola de cristal”. Perguntar ao autor o que ele quer dizer com certa passagem é sempre uma boa prática. Além disso, vale ressaltar que essa interação entre o autor e profissional do texto deve ser processada de maneira mais respeitosa possível para que o processo de revisão ocorra de forma ética e profissional.

Em vista disso, o revisor de textos possui a grande responsabilidade de transpor um texto do autor para o leitor de maneira mais transparente e clara possível e, sendo assim, podemos defini-lo com um *mediador* entre autor e o seu público-alvo.

CONCLUSÃO

O trabalho do revisor de texto é extremamente complexo e técnico, conforme visto ao longo dos capítulos até aqui apresentados, pois abrange aspectos que vão muito além da ortografia. Ou seja: estão incluídos, também, no processo revisional elementos relacionados à coesão, à coerência, à variação linguística, de ordens semântica e sintática, entre outros aspectos gerais e complexos da língua. Porém, podemos afirmar que a maioria dos cursos de Letras e afins não oferece a formação necessária para esse exercício profissional; além disso, há pouca literatura de qualidade na área publicada no Brasil.

Diante disto, consideradas as demandas de mercado para revisores de qualidade, fica claro que o Brasil precisa investir mais, tanto na formação desses profissionais em nível superior, quanto na produção de material bibliográfico de apoio ao trabalho revisional, que seja claro, consistente e prático; ademais, é urgente normatizar o exercício da profissão de revisor de textos, com a consequente valorização da carreira e a garantia legal de seu exercício.

Tendo em vista os aspectos mencionados acima, podemos considerar que as principais incumbências desta monografia, apontadas na *Apresentação* e ao longo dos capítulos, foram cumpridas no intuito de despertar, em universidades e autoridades, a necessidade premente de se dar atenção à profissão e ao trabalho do revisor de textos.

Assim, cremos que, com os objetivos gerais e específicos deste trabalho devidamente cumpridos, podemos finalizar, por ora, as discussões relacionadas ao seu tema central, ressaltando, apenas, que *A importância do domínio das áreas de sintaxe e semântica para o campo da revisão textual* é um assunto relativamente novo e não muito debatido no meio das pesquisas linguísticas. Por isso mesmo, a necessidade de novas investigações e o aprofundamento em temas voltados a este campo de pesquisa é grande e urgente em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 3 ed. rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. de 2020.

FERRAREZI JUNIOR, C.. **Guia de acentuação e pontuação em português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. v. 2000. 128p.

FERRAREZI JUNIOR, C.. Introdução. In: Celso Ferrarezi Junior, Renato Miguel Basso. (Org.). **Semântica, Semânticas: uma introdução**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, v. 1, p. 13-17.

FERRAREZI JUNIOR, C.. Semântica Cultural. In: Celso Ferrarezi Junior, Renato Miguel Basso. (Org.). **Semântica, Semânticas: uma introdução**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, v. 1, p. 71-88.

FERRAREZI JUNIOR, C.. **Sintaxe para a Educação Básica: com sugestões didáticas, exercícios e respostas**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. v. 3000. 176p.

GUEDES, Leticia F., **Revisão De Textos: Conceituação, o papel do Revisor Textual e Perspectivas do Profissional do Texto**, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/7265>>. Acesso em: 25 de fev. de 2020.

MOURÃO, E. (2010). **A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos**. *Scripta*, 14(26), 163-178. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4358>>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

OTHERO; KENEDY. Introdução. In: Gabriel de Ávila Othero, Eduardo Kenedy. (Org.). **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 9-10.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros**. 2007(?). Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0011-1.pdf>>. Acesso em 27 de fev. de 2018.

ROCHA, Harrison da. **Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade**. 2012. xi, 246 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ROSÁRIO. Sintaxe Funcional. In: Gabriel de Ávila Othero; Eduardo Kenedy. (Org.). **Sintaxe, Sintaxes: uma introdução**. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 143-162.

SALGADO, L. Ritos genéticos editoriais uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 57, p. 253-276, 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/76289>>. Acesso em: 26 de fev. de 2020.